

# R

**RADIS**

Nº224 MAI 2021



## PROCURA-SE ZÉ GOTINHA

Patrimônio brasileiro, Programa Nacional de Imunizações perde poder de decisão e abre brechas para os fura-fila da vacinação contra covid-19

**NORTE**

Reflexos da invisibilidade sobre a maior região do país

**BRASIL ESQUECIDO**

Uma conversa com Itamar Vieira Junior, autor de "Torto Arado"

- EDITORIAL
- 3 **Precisamos salvar o PNI**
- 4 VOZ DO LEITOR
- 5 SÚMULA
- 10 **CAPA | ENTREVISTA**  
**Carla Domingues:**  
**“Sempre acreditamos no PNI”**
- DESIGUALDADES
- 18 **Um Norte (ainda) desconhecido**
- 25 **Desigualdades nem sempre visíveis**
- 27 **Para não perder o Norte**
- ENTREVISTA
- 28 **Itama Vieira Júnior:**  
**“Há muita história soterrada”**
- 34 SERVIÇO
- PÓS-TUDO
- 35 **Olhe para a fome**



## COMO RADIS ESTÁ PRESENTE EM SUA VIDA?

Matheus Moreira, de 25 anos, filho de pais analfabetos, morador de um bairro pobre de Feira de Santana, na Bahia, precisou estudar para o Enem em uma casa simples, sem energia elétrica e internet, emprestada pela amiga. Em casa, com os pais e os quatro irmãos, ele não conseguia se concentrar. Radis era sua companhia nos estudos. O resultado de sua dedicação veio com a nota 980 no Enem — próxima da nota máxima de 1000. “Sou leitor da revista Radis desde 2016. Uma amiga me indicou dizendo que era ótima para ampliar o conhecimento, lia a revista uma vez por semana como forma de lazer. Dessa maneira, a Radis serviu para ampliar meu conhecimento, pois ela aborda vários conteúdos que são necessários para ter uma visão de mundo crítica e que a prova de redação do Enem pede. A leitura abre portas para um novo mundo”, escreveu. Matheus sonha em fazer medicina. Radis agradece por sua companhia!

# PRECISAMOS SALVAR O PNI

“A vacinação é a forma mais rápida para estabilizar os sistemas de saúde, restaurar serviços essenciais e estimular uma recuperação verdadeiramente global da economia”

Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS

JUSTA HELENA FRANCO

A Região Norte do Brasil é grande em quase tudo. Possui a maior floresta tropical do mundo com dois terços das florestas naturais do país, o que contribui para a regulação do clima, e o maior rio em volume d'água, com enormes bacias que formam o maior bioma do Brasil. Seu território traz desafios e características únicas que fazem jus ao seu tamanho, complexidade e importância ainda desconhecidos para a maior parte do Centro-Sul, como apontado por pesquisadores nesta edição.

A região que só é notícia pelos conflitos de terras com grileiros, fazendeiros e garimpeiros que invadem tanto terras públicas quanto territórios indígenas demarcados sofre com a febre amarela, a malária e a desnutrição infantil que já atinge 80% das crianças de até 5 anos nas aldeias indígenas — segundo estudo da Unicef realizado em parceria com a Fiocruz e o Ministério da Saúde. Nesta semana, a foto de uma criança Yanomami de apenas oito anos, em avançado estado de desnutrição, estampou a primeira página de um jornal de grande circulação, provocando grande consternação. Também dezenas de mortos asfixiados por falta de oxigênio e leitos para tratamento de covid alcançaram grande repercussão na mídia e chamaram atenção para o “Brasil do Norte”.

A ausência do Estado em um território com características únicas, cidades isoladas e carência de políticas públicas que invistam em infraestrutura com preservação ambiental e proteção dos direitos sociais marcam o subdesenvolvimento da região com suas extensas fronteiras, em relação a outras partes do país, e contribuem para que esses estados não alcancem visibilidade para suas potencialidades.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI), responsável pela política nacional de imunizações no Brasil, é um investimento em saúde com excelente custo x efetividade. Milhões de mortes têm sido evitadas, assim como o risco de adoecimento e manifestações graves de doenças e incapacitações. Graças ao sucesso de seus resultados, é reconhecido e respeitado tanto no Brasil como no exterior, servindo como referência para muitos países e comunidades científicas. Apesar de um

histórico no mundo como liderança em saúde pública, o país ainda não vacinou 20% de sua população com a primeira dose de uma vacina capaz de proteger a população do vírus causador da covid.

Zé Gotinha, criado para incentivar a vacinação contra a poliomielite, que era administrada na forma de gotinha, tornou-se uma representação lúdica da vacina no Brasil. Infelizmente ele parece ter sucumbido à inércia, ao descaso e ao negacionismo dos que não acreditam na ciência. O atraso e escassez de vacinas podem custar a vida de milhares de brasileiros. O PNI, antes motivo de orgulho, foi vencido pela incompetência e ineficiência. Na campanha “atrasada” de mobilização para a covid, lançada pelo Ministério da Saúde, tendo à frente “Zé Gotinha e sua família”, uma frase “Nunca é tarde para se começar” — proferida para tentar justificar o atraso — soou fora de contexto, porque depois de 430 mil mortes é tarde sim para se começar.

Segundo declarações do representante da Pfizer no Brasil, algumas propostas de oferta de vacina foram recusadas e ignoradas pelo país. Esta ação resultou em muitos meses de atraso e 18,5 milhões de doses que não chegaram a tempo de imunizar pelo menos mais de 9 milhões de brasileiros. E quantos entre estes 9 milhões poderiam estar hoje saudáveis e vivos, trabalhando, produzindo e fazendo a roda da economia girar?

Para além das mortes provocadas pela pandemia e pelo acesso lento às vacinas, aos leitos e insumos para tratar a doença, outros sofrimentos ligados às condições sociais e econômicas assustam e adoecem emocionalmente os brasileiros, como a demora e diminuição do auxílio emergencial, o desemprego, a insegurança alimentar e a fome — que retorna depois do Brasil estar fora do Mapa da Fome desde 2014, como citado na seção Pós-Tudo.

Não é demais lembrar que o acesso à alimentação, educação, saúde e outros direitos sociais figura na Constituição do Brasil como direitos básicos e indispensáveis para assegurar condições de sobrevivência e bem estar a todas e todos os brasileiros.

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail [radis@ensp.fiocruz.br](mailto:radis@ensp.fiocruz.br) Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

**NEGACIONISMO E CIÊNCIA**

Fã dessa revista e ainda mais da edição [Radis 223, com a reportagem “A bolha negacionista”]! A matéria de capa e as ilustrações estão incríveis! Essa capa tão simples e tão cheia de significados! Leitura recomendadíssima! Parabéns ao time!

Sidonio Macedo, Rio de Janeiro

Sobre a entrevista “Efeitos da anti-ciência” [com Marcus Vinícius de Lacerda], excelente entrevista, parabéns equipe da Radis! Vida longa a vocês e aos pesquisadores e cientistas desse Brasil que infelizmente são tão maltratados/desvalorizados. Sou uma defensora da ciência, do SUS e do trabalho de profissionais como o Dr. Marcus.

Cris Almeida, São Paulo

Utilidade pública essa edição. No momento todos querem ser donos da própria informação. Pelo menos sejam bem informados. Tá aí uma boa leitura.

Claudia Pedroso, Florianópolis, SC

Que capa fantástica!

Angélica Brum, via Instagram



Os historiadores do futuro agradecem cada fonte, cada reportagem sobre esse momento sombrio. Não vejo a hora de ter minha revista em mãos!

Alex Dionizio, via Instagram

Que capa! Principalmente pela população masculina, em grande parte, negar o cuidado com a saúde! Parabéns, Radis!

Julio Moraes, Rio de Janeiro

**DEFENDA O SUS**

A edição de dezembro de 2020 [Radis 219], mesmo me chegando um pouco atrasada, trouxe na capa uma analogia atual, mais que oportuna: o SUS como o time predileto de todo brasileiro. De fato, a gente sofre com ele mas, e agora mais do que nunca, ninguém pode viver sem ele. Os relatos apaixonados de quem vive ou sobrevive para e do SUS, me tocaram profundamente. Golaço de toda a equipe Radis!

Renata Reynaldo, Recife, PE

Usei esse número [Radis 219] na minha aula sobre o SUS.

Helmir Rodrigues, Lagarto, SE

**PORTINARI**

Recebi a minha revista. A matéria sobre a obra de Portinari estava incrível.

Ester Mendes, via Instagram

**VACINAÇÃO**

Ví algumas reportagens acerca dos profissionais que receberão as vacinas por serem a linha de frente em plena pandemia. Achei estranho os carteiros, apesar de serem

considerados como serviço essencial, não estarem entre os que receberão as vacinas. Gostaria que a Radis levantasse este estudo acerca da diferença de tratamento entre quem receberá ou não as vacinas, porque até funções que são muitas vezes comparadas a dos carteiros, como as dos garis, receberão as vacinas.

Amador Madalena Maia, Contagem, MG

Obrigado, Amador, pela sugestão! Voltaremos a falar sobre este tema.

**INSTITUIÇÕES PARA IDOSOS**

Excelente tema! Ainda engatinhamos lentamente para um cuidado realmente humanizado com os nossos idosos!

Mirian dos Santos, via Instagram

Lê-se um breve relato da totalidade das ILPIs do país, porém essas tristes realidades estão longe de serem solucionadas. A FNP [Frente Nacional de Prefeitos], a partir da pandemia, veio dar uma notoriedade a essa realidade, que necessita agora de um enfrentamento oficial e dirigido para essa situação.

José Donizeti Covre, Porto Ferreira, SP

**EXPEDIENTE**

**RADIS**® é uma publicação da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

**FIOCRUZ**

Nísia Trindade  
Presidente

**ENSP**

Hermano Castro  
Diretor

**PROGRAMA RADIS**

Rogério Lannes Rocha  
Coordenador e editor-chefe  
Justa Helena Franco  
Subcoordenadora

**REDAÇÃO**

Luiz Felipe Stevanim  
Editor

**Bruno Dominguez**

Subeditor

**Reportagem**

Adriano De Lavor, Ana Cláudia Peres, Liseane Morosini; Moniqui Frazão  
(estágio supervisionado)

**Arte**

Felipe Plauska

**DOCUMENTAÇÃO**

Eduardo de Oliveira  
(Arte e fotografia)

**ADMINISTRAÇÃO**

Fábio Lucas e  
Natalia Calzavara

**ASSINATURAS**

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Rotaplan Tiragem 126.000 exemplares

**USO DA INFORMAÇÃO**

Venda proibida. Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



# LUTO POR 400 MIL VIDAS

Ainda faltavam seis dias para o fim do mês, quando o AG1 trouxe a manchete: “Abril se torna o mês mais letal da pandemia no Brasil”. Em 24 dias, o número de mortes já ultrapassava o que havia sido registrado em março. Naquela mesma data, o país chegava à assustadora marca de mais de 14 milhões de casos confirmados desde o início da pandemia e estava há 39 dias com uma média acima dos 2 mil mortos diariamente. Não faltava muito para que, em 29 de abril, o Brasil superasse o patamar de 400 mil vidas perdidas — mais da metade delas (203.367) ocorreram em 2021, levando à triste constatação de que, nos quatro primeiros meses deste ano, a covid-19 matou mais brasileiros do que em 2020 inteiro.

Para dar uma ideia da gravidade das estatísticas, a Folha de S.Paulo (29/4) comparou: as mortes na pandemia somam um número maior do que as baixas de soldados britânicos na Segunda Guerra Mundial e equivalem à população de 128 cidades em São Paulo. “O governo federal está promovendo o genocídio da população por meio de uma política arbitrária, negacionista e criminoso”, apontou o Conselho Nacional de Saúde (CNS) em nota (29/4). “Não há outra palavra que possa definir o que está ocorrendo no Brasil”. O documento critica os cortes no orçamento do SUS em plena pandemia e

cobra ações e esforços para evitar mais mortes. Para o CNS, “o Estado nos abandonou. Fechou os olhos para seu próprio povo, ferindo de morte a nossa Constituição de 1988”.

Não são poucas as reportagens que vêm registrando a dor e o sofrimento em meio ao luto. Numa homenagem, o Jornal Extra, do Rio de Janeiro, dedicou a capa de sua edição em 30 de abril às 400 mil vítimas fatais da doença. Desenhado em fundo preto, um esboço do mapa do Brasil foi todo preenchido por pais, mães, irmãos, namorados, primos, tios, avós. Espalhadas pelo país, famílias inteiras foram devastadas e decidiram se unir na Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico) para lutar na justiça por reparação, como registrou o El País Brasil (29/4).

“Se ninguém enxergar o que estamos passando, não teremos uma maneira de barrar essa mortalidade que tem, sim, responsabilidade pública”, disse ao jornal Paola Falceta, que perdeu a mãe, Italira, de 81 anos. A dor de Paola é a mesma que sentiram Edimere Amaral, Abdulbaset Jarour e Keila Tamara, entrevistados para a Radis 214, em julho de 2020, quando o número de mortos por covid no país era de 92 mil e já se mostrava inadmissível.



FOTO: MARCOS OLIVEIRA

## CPI da Covid

Agora que o Brasil ocupa a 12ª colocação no ranking mundial de mortes proporcionais ao tamanho da população — com uma média de mortes diárias seis vezes maior em termos proporcionais do que a registrada na Índia —, o Senado resolveu investigar possíveis falhas e omissões do governo federal no enfrentamento à pandemia com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (27/4). Entre outras indagações, a CPI da Covid irá apurar se o governo foi negligente ao retardar o processo de aquisição de vacinas; ao estimular as aglomerações e incentivar “tratamento precoce” com a utilização de medicamentos sem eficácia comprovada; ao demorar para reagir à falta de oxigênio ocorrida em janeiro no Amazonas; e ainda ao interromper o auxílio emergencial durante a crise sanitária. Os depoimentos da CPI começaram em 4 de maio.

O Brasil superou a  
marca de **400 mil vidas**  
perdidas na pandemia

Em abril foram  
registradas **82.266 mortes**  
por covid-19 no país



## Pandemia aumentou violações de direitos humanos

A pandemia intensificou as violações de direitos humanos, segundo o relatório “O estado de Direitos Humanos no mundo 2020/21”, da Anistia Internacional, divulgado em abril. Nas Américas, com as restrições para o enfrentamento da covid-19, sua extensa economia informal foi duramente atingida e as medidas governamentais em geral prejudicaram os direitos sociais, econômicos e culturais das pessoas em situação precária, aponta o documento. A região, que tem 13% da população mundial, registrou 49% de todas as mortes por covid-19 no mundo. O relatório também aborda que, no Brasil, a ajuda financeira às pessoas de baixa renda “foi insuficiente e a implementação do programa de assistência federal foi problemática”, e também registra que “as mensagens de saúde das autoridades federais e estaduais foram frequentemente contraditórias”. Leia mais em: <https://bit.ly/3vKWTiW>.

## Sobre rodas


Já está disponível nas redes o documentário “Trajetos e trajetórias invisíveis na cidade”, que traz uma conversa franca com entregadores e motoristas que atuam por aplicativos. O cotidiano, a saúde, as estratégias coletivas, a construção do movimento intitulado “Breque dos Apps”, está tudo lá, em pouco mais de 30 minutos, numa bem cuidada produção que aborda a relação entre aplicativos e trabalhadores. O documentário é fruto do projeto de pesquisa e extensão interinstitucional “Saúde e direitos dos trabalhadores em tempos de plataformas digitais: um olhar sobre a atividade”, uma parceria entre a Ensp/Fiocruz, o Instituto de Psicologia da UFRJ e o Departamento de Engenharia de Produção da UFF. Em agosto de 2020, *Radis* conversou com os pesquisadores do grupo. Você pode acompanhar a pesquisa pelo perfil deles no instagram (@saudetrabalhoapp) e assistir ao documentário aqui: <https://bit.ly/3xS6Rkq>

## Menos anos de vida

Os brasileiros perderam quase dois anos de expectativa de vida em 2020 por conta dos impactos da pandemia. O cálculo do impacto da covid-19 sobre a sobrevivência dos brasileiros foi feito por um estudo da Universidade de Harvard: a expectativa diminuiu dos 76,7 anos projetados para 74,8 anos. A queda interrompe um ciclo de crescimento observado desde 1945, como noticiou a BBC Brasil (14/4).

## Guedes e os filhos de porteiros

“Eu sou uma das pessoas a que ele estava se referindo e fiquei chateado, porque dá a impressão de que me aproveitei, não me esforcei. Nada foi de graça, tenho uma dívida de oito anos com o Fies”. O comentário de Douglas de Souza, filho de porteiro que cursou Sistemas de Informação, em reportagem no Uol (1º/5), é uma resposta ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Durante reunião (29/4) do Conselho Suplementar de Saúde, o ministro disse que o Fies, programa federal para estudantes de baixa renda financiarem mensalidades do ensino superior, é “bolsa para todo mundo” e “um desastre”. Sem saber que era gravado, o ministro declarou que o programa beneficiou o filho de seu porteiro que zerou no vestibular. No entanto, como noticiou O Globo (29/4), o edital do programa prevê a exigência de nota mínima para aprovação. Guedes afirmou que a declaração foi retirada de contexto. Tatiana Oliveira, filha de um porteiro e de uma empregada doméstica, que contou com o Fies para concluir Administração, também respondeu ao ministro: “Nós [filhos de porteiros] somos os bancários, advogados, psicólogos, profissionais da saúde, as pessoas que estão mantendo a economia circulando, mesmo que ela esteja respirando por aparelhos. Nós pagamos nossos impostos” (Uol, 1º/5).



## Queimadas na Amazônia agravam problemas respiratórios

As queimadas na Amazônia foram responsáveis pela elevação dos percentuais de internações hospitalares por problemas respiratórios nos últimos 10 anos (2010 a 2020) de acordo com o estudo “Amazônia brasileira: potenciais impactos das queimadas sobre a saúde humana no contexto da expansão da covid-19”, da Fiocruz e do WWF-Brasil. A pesquisa investigou os efeitos à saúde das pessoas que vivem nos estados com maiores registros de focos de calor provenientes de queimadas na Amazônia (Pará, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas e Acre). Estas internações custaram quase R\$ 1 bilhão ao SUS. O levantamento concluiu ainda que as queimadas agravaram a situação da covid-19 na Amazônia Legal, já que poluentes vindos das queimadas podem causar uma resposta inflamatória persistente e, com isso, aumentar o risco de infecção por um vírus que também causa problemas respiratórios.

## Privatização da Cedae revela desigualdades

O leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), responsável pela gestão do saneamento básico no estado do Rio de Janeiro, alterou o panorama deste setor no país ao ampliar a participação da iniciativa privada e mostrou a grande desigualdade no acesso à água que marca a vida de muitas populações. Segundo o site do Valor (3/5), foram oferecidos quatro blocos para a iniciativa privada, mas apenas três despertaram interesse por serem mais rentáveis. O bloco rejeitado era o mais barato de todos e envolve parte da Zona Oeste e um conjunto de outros três municípios onde o acesso aos serviços não só é precário como inexistente em várias áreas. O site da CNN (5/5) apontou que a forte presença de milícias e o alto índice de violência e de inadimplência foram fatores que afastaram o capital privado. A privatização da Cedae foi o ponto culminante da crise hídrica vivida no estado, marcada pela deterioração da qualidade dos serviços, quando os moradores passaram a receber em suas casas água com cheiro forte, coloração turva e gosto desagradável desde o início de 2020 — a Cedae alegou a presença de geosmina, uma substância que teria contaminado o sistema hídrico.

## Desmonte da fiscalização sobre as águas

No cenário de privatização da Cedae, houve uma surpresa com o fim do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (Gaema) pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPPR/RJ). O Movimento dos Atingidos por Barragens demonstrou (15/4) preocupação com a paralisação das atividades do grupo no momento da pandemia e no curso do processo de privatização. Para o MAB, a ação vai comprometer não só a gestão das águas, mas o direito ao saneamento e a manutenção dos rios, lagoas e da baía de Guanabara. O Gaema era composto por ex-promotores e membros do MP e atuava na prevenção de crimes ambientais e também na área repressiva, responsabilizando infratores penalmente. Em algumas ocasiões, técnicos do Gaema, juntamente com pesquisadores de outras instituições, como a Fiocruz, vistoriaram as instalações da Cedae para verificar as condições dos equipamentos e qualidade do tratamento da água da estação que funciona junto ao Rio Guandu. Em seu site, o Movimento Baía Viva apontou (18/4) que, além da privatização da estatal, a especulação imobiliária também ganhou espaço com a extinção do órgão.



## Abril indígena

Abril é o mês da principal mobilização dos povos indígenas no Brasil: o Acampamento Terra Livre (ATL), promovido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que em 2021 ocorreu por meio de lives e mobilizações online durante todo o mês em razão da pandemia. O Acampamento, que chega em sua 17ª edição (a segunda online), chama atenção para a necessidade de pensar o 19 de abril não como o tradicional “Dia do Índio”, mas como uma data de resistência dos povos indígenas. “Nesta data, indígenas se organizam para demarcar politicamente na história nacional a trajetória de resistência desde a colonização, denunciando as violências sofridas diariamente, mas também fortalecendo a luta pela garantia de direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988 e em tratados internacionais”. Os debates e encontros online continuam disponíveis no site da Apib: <https://apiboficial.org/atl2021/>.

## Maracá: Emergência Indígena

Em oito episódios, a websérie “Maracá — Emergência Indígena” alerta para a situação dos povos originários do Brasil na pandemia e para além dela. O documentário destaca a diversidade de povos existentes no Brasil e o quanto a sua luta por direitos se liga à preservação ambiental e de toda a vida na Terra. Em um dos episódios, que tem como título “A mãe do Brasil é indígena”, a série afirma: “O território é para além do meio ambiente, o território é a totalidade da nossa vida porque o corpo é território, mas o território também é corpo”. Assista no Youtube: <https://bit.ly/3uirK67>.



## Governo e Funai contra lideranças indígenas

A pedido da Fundação Nacional do Índio (Funai), a Polícia Federal (PF) intimou a líder indígena Sonia Guajajara (26/4) a prestar depoimento por conta de críticas à postura do governo federal em relação aos povos indígenas durante a pandemia. O órgão acusou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), da qual Sonia é uma das coordenadoras, de caluniar e disseminar fake news, ao imputar o crime de genocídio ao governo. A acusação tomou como base o documentário Maracá, que faz um alerta sobre as dificuldades vividas por essas populações com a covid-19. Para a Apib, “o governo federal mais uma vez tenta criminalizar o movimento indígena” ao intimidar suas lideranças.

A intimação aconteceu no mês da maior mobilização indígena do Brasil e na semana seguinte da reunião da Cúpula do Clima. Em nota (30/4), a Apib afirma que “o órgão cuja missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos do Brasil” acusa a instituição de “difamar o governo” por denunciar violações de direitos cometidas no contexto da pandemia que já foram reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). “A perseguição desse governo é inaceitável e absurda. Eles não nos calarão!”, afirmou Sonia Guajajara em rede social (30/4). A PF também intimou o líder indígena de Rondônia, Almir Suruí, da Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, sob acusação de críticas ao governo.

A Apib entrou na Justiça (3/5) com um pedido para anular o inquérito instaurado pela PF. O movimento também é acusado, pela Funai, de praticar “estelionato” por promover uma campanha para arrecadar fundos para ajudar os indígenas a enfrentarem a emergência sanitária. Na petição encaminhada à Justiça, a Apib destaca que iniciou a campanha a fim de “suprir a inércia do governo federal”.





“O pensamento mágico de um escravo do capitalismo é tão fantástico que ele acredita que o capitalismo pode acabar com o mundo e criar outro.

(...)

A vida, por ser esse dom tão indescritível, não pode ser recebida de outra maneira senão com contentamento, alegria e uma resposta criativa para o sentido de uma dança cósmica. Se você fosse chamado para uma dança cósmica, você ia ficar cabisbaixo ou ia sair saltitante?”

Do líder indígena, filósofo, ambientalista, escritor e poeta Ailton Krenak, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, no dia que celebra a luta dos povos indígenas (19/4)




## Brasil na Cúpula do Clima

Líderes de 40 países participaram da Cúpula do Clima, em abril (22), promovida pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, com o objetivo de elevar os compromissos ambientais. Durante o encontro virtual, o presidente Jair Bolsonaro prometeu fortalecer os órgãos ambientais do país “duplicando os recursos destinados a ações de fiscalização”, como destacou a BBC Brasil (22/04). O jornal pontuou que o governo brasileiro vem sendo fortemente criticado por cortar recursos, causando desmantelamento de órgãos de fiscalização, reduzindo multas e outras punições por crimes ambientais. Em seu discurso, o presidente afirmou que o país se compromete a reduzir suas emissões de gás carbônico em 43% até 2030 e reafirmou seu compromisso de eliminar o desmatamento ilegal até o mesmo ano, o que poderia reduzir as emissões em até 50%. Na Amazônia, o desmatamento bateu recordes em 2019 e 2020; em 2021, o mês de março foi o pior dos últimos 10 anos, como informou El País (22/04).

## Falas da terra

Médica, advogada, rapper, escritor, professor, artista plástico, comunicador — os indígenas brasileiros têm muitos rostos e profissões. O programa especial “Falas da terra”, exibido pela TV Globo no dia 19 de abril, trouxe um mosaico de vozes de indígenas com diferentes trajetórias de vida e de luta. “Um médico indígena não é um ser místico, rudimentar, que só vive na floresta. O médico indígena é um cientista”, afirmou Myrian Krexu, a primeira cirurgiã cardiovascular brasileira, do povo Guarani Mbyá. O programa contou com a participação de lideranças indígenas e figuras com destaque em suas áreas de atuação, como Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Daniel Munduruku, Telma Taurepang e MC Kunumi.

## Nós por nós

“Chega de sermos representados por aqueles que não entendem a nossa cultura”. A frase é de Cristian Wari’u, jovem indígena do povo Xavante, youtuber e podcaster do Copiô Parente, o primeiro dedicado aos povos da floresta no Brasil. Cristian é um exemplo das jovens lideranças indígenas que utilizam as redes sociais para destacar que representatividade importa: ele chama atenção para os estereótipos e preconceitos que rodeiam o modo como os mais de 300 povos indígenas são representados no Brasil e como é ser indígena no século 21. Acesse o canal no Youtube: <https://bit.ly/3eThhHF>. 

# “SEMPRE ACREDITAMOS NO PNI”

Erros de comunicação e planejamento podem comprometer a credibilidade das vacinas no Brasil, na visão da ex-coordenadora do PNI

BRUNO DOMINGUEZ

---

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) elencou, em setembro de 2020, grupos prioritários para receber doses da vacina contra a covid-19. Entre eles, idosos e pessoas com deficiência institucionalizados, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores da saúde, maiores de 60 anos, pessoas com comorbidades e com deficiência permanente. Diante da falta de comando nacional na imunização, porém, estados e municípios organizaram suas filas sem necessariamente respeitar a ordem do plano.

Em muitos lugares, jovens de determinadas categorias profissionais passaram à frente de idosos e pessoas com comorbidades, por exemplo. Caso do estado do Rio de Janeiro: em 3 de maio, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski suspendeu mudança na ordem de vacinação que privilegiava profissionais de segurança e da educação antes da imunização integral do grupo prioritário. Até o fechamento desta edição, o Congresso ainda discutia projeto para incluir como prioridade categorias não previstas pelo PNI, como profissionais que trabalham em farmácias



e oficiais de Justiça. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 31 de março.

Epidemiologista e doutora em saúde pública, Carla Domingues, ex-coordenadora do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde (entre 2011 e 2019), lamenta que o governo venha “abrindo mão da prerrogativa de coordenar o processo de vacinação com política única no país e delegando para estados e municípios para que cada um organize sua vacinação”.

O PNI foi criado em 1973 com o objetivo de coordenar as ações de imunizações que se caracterizavam pela descontinuidade, pelo caráter episódico e pela reduzida área de cobertura. Ao longo dos anos, conseguiu eliminar a poliomielite (em 1994) e o sarampo (em 2016, certificado que o país perdeu em 2019) e controlar outras doenças imunopreveníveis como difteria, coqueluche e tétano acidental, hepatite B, meningites, formas graves da tuberculose e rubéola. Por isso, foi considerado referência mundial pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), braço da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Representado pelo personagem Zé Gotinha desde 1986, o programa registrou queda nas taxas de cobertura nos últimos

anos. Em 2019, nenhuma das nove vacinas indicadas para bebês atingiu a meta prevista pelo governo — sete delas tiveram os piores índices de cobertura pelo menos desde 2013. Segundo dados oficiais do PNI tabulados pelo jornal O Estado de S.Paulo, em alguns casos, como os de tuberculose (BCG) e poliomielite, o percentual de crianças vacinadas em 2019 foi o menor em mais de 20 anos.

Em entrevista à *Radis*, por chamada de vídeo em 28 de abril, Carla afirma que o país tem muito a perder com um PNI fraco: “Graças à vacinação no SUS, mudamos completamente o perfil epidemiológico e de vida da população brasileira, a ponto de termos um programa reconhecido mundialmente por levar vacina a todos os cidadãos independentemente de onde moram, sua condição de vida, sua remuneração”.

**O Programa Nacional de Imunizações foi criado para ser o condutor do processo de vacinação no Brasil mas, na pandemia de covid-19, não é exatamente isso que estamos vendo. Como avalia o poder de decisão do PNI hoje?**

A diferença do Brasil em relação a muitos países, inclusive os que ofertam vacinas gratuitas, era a capacidade de ter uma

gestão única, uma política de vacinação igual tanto em regiões como a Norte, que tem municípios longínquos, população indígena, grupos de difícil acesso, quanto em regiões como a Sudeste, com cidades de alta densidade populacional. E garantir equidade e universalidade da vacinação mesmo diante das complexas diferenças de estratégias de vacinação impostas por um país continental como o Brasil. Isso fez diferença, a ponto de termos um PNI reconhecido mundialmente, pela capilaridade e organização do SUS de levar vacina a todos os cidadãos brasileiros independentemente de onde moram, sua condição de vida, sua remuneração. Garantimos que todo mundo tivesse acesso à vacinação. Para mim, é lamentável estar vendo hoje o Ministério da Saúde abrindo mão dessa prerrogativa de coordenar o processo de vacinação com política única no país e delegando para estados e municípios para que cada um organize sua vacinação. Isso confunde a população, que não consegue entender por que determinado município já está vacinando a população de 60 anos e pessoas com comorbidades, forças de segurança e professores enquanto outro ainda está vacinando idosos de 64 anos. O que precisamos nesse momento é de uma comunicação única para que a população faça adesão e confie no processo de vacinação. Se cada município define sua estratégia, isso confunde e faz com que pessoas saiam dos seus municípios para serem vacinadas em outros, desorganizando o processo.

**No Rio de Janeiro, temos observado o caso de Duque de Caxias, que anunciou que vacinaria pessoas com 60 anos quando outros municípios ainda estavam vacinando idosos de 80 anos, o que causou quilômetros de filas.**

Esse é o grande problema. Na hora em que se define que cada município pode criar uma política de vacinação própria, se criam condições para essa desorganização. Um município que tem vacinas para um público alvo de 5 mil pessoas convoca um grupo de 30 mil: é claro que vão se formar filas gigantescas. Tudo que não queremos nesse momento é aglomeração. Se tivéssemos uma política clara, com os municípios tendo que seguir as recomendações do ministério, isso não estaria acontecendo.

**Um pré-cadastramento único evitaria essa confusão?**

O pré-cadastramento organizaria todo o processo de vacinação. Ordenaria a fila, garantindo a imunização das pessoas que efetivamente precisam ser imunizadas a cada momento. Evitaria o fura-fila. Seria útil inclusive para melhor distribuir a segunda dose — estamos vendo nesse momento muitos



## Onde é o fim da fila?

Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, não adotou escalonamento gradual na vacinação de idosos. Em 5 de março, enquanto a cidade do Rio de Janeiro convocava maiores de 78 anos, Caxias anunciava que todos com mais de 60 anos estavam habilitados para receber a vacina. O prefeito Washington Reis (MDB) admitiu que o município só tinha 6.100 doses, mas ainda assim decidiu ofertar a aplicação para uma população que soma 100 mil idosos (Folha de S.Paulo, 5/3). Em um posto de drive-thru, a fila de carros chegou a causar um congestionamento de 6 km na rodovia Washington Luís. O Ministério Público interveio, recomendando que a prefeitura priorizasse idades mais avançadas.

locais sem segunda dose. Poderíamos ter feito o agendamento dessa segunda dose indicando qual sala de vacina procurar, para não termos uma sala com muita gente e outra com pouca. Países que não tinham expertise em vacinação estão dando show no Brasil. Teríamos capacidade de ter feito isso e evitado muito dessa desorganização, se tivéssemos garantido o pré-cadastro e convocado as pessoas organizadamente. Estamos vendo o cadastramento sendo feito a posteriori à vacinação. Quando se entra no sistema do ministério, é

“ Neste momento, não estamos falando em eliminação do coronavírus, mas sim na diminuição de gravidade e óbito. Para isso, essas duas vacinas têm se mostrado efetivas. ”

“ A melhor vacina é a que chega mais rápido ao braço do cidadão. Nós nunca escolhemos vacinas. Toda vez que precisamos ser vacinados, vamos ao posto e recebemos a dose que está lá disponível. ”

possível ver o registro individual. O cadastramento a posteriori é importante para acompanhar o processo de vacinação e para validação dessa vacinação.

**Os critérios epidemiológicos para estabelecer a ordem de vacinação estão sendo seguidos? Quem tem prioridade?** Se discuti, no primeiro momento, que deveriam ser priorizados os profissionais de saúde que atuavam na linha de frente. O que acho que não pode, neste momento em que não terminamos de vacinar a população idosa e os grupos de comorbidades, é já estarmos vacinando trabalhadores essenciais, como as forças de segurança, professores, metroviários. Os trabalhadores essenciais devem ser vacinados? Sim, mas depois que se complete a imunização de idosos, profissionais de saúde e pessoas com comorbidades. Qualquer coisa fora disso, é criar critérios para a fila que não o epidemiológico.

**No caso da covid-19, a maior dificuldade foram os atrasos no fechamento de acordos de compra de imunizantes? O Brasil teve a possibilidade, por exemplo, de comprar uma partilha maior de doses do sistema Covax. Também rejeitou a primeira oferta da Pfizer.**

É lamentável que o governo tenha apostado apenas na Astrazeneca. Naquele momento já tínhamos muito claro que a Fiocruz só começaria a entregar doses a partir de março. Outros laboratórios com estudos clínicos muito mais avançados do que os da Universidade de Oxford vinham informando que poderiam fazer entregas anteriores a essa. Como se diz: apostar todos os ovos em uma cesta só é muito arriscado. E foi o que aconteceu. Não se acreditou inicialmente na própria Coronavac; desprezou-se essa possibilidade. O acordo que poderia ter sido assinado em setembro, com previsão de entrega de 100 milhões de doses, se reverteu em apenas 46 milhões. O segundo acordo só foi feito três meses depois. Poderíamos ter tido 100 milhões de doses da Coronavac a curto prazo, ter doses da Pfizer, até que Bio-Manguinhos [unidade da Fiocruz responsável por pesquisa, inovação, desenvolvimento tecnológico e pela produção de vacinas] estivesse em condições de fazer uma entrega maior da Astrazeneca. Perdemos a possibilidade de começar uma campanha em dezembro com maior quantitativo de vacinas. Ficamos com poucas doses e entramos no final da fila dos demais laboratórios. Eles venderam para outros países e, por mais que o Brasil tenha firmado novos contratos, vai ser para receber ao longo de 2021 e, possivelmente, 2022.



**Diante da demora do ministério em fechar novos contratos, governadores e prefeitos têm se organizado em frentes para tentar adquirir vacinas no mercado internacional. Isso enfraquece o PNI?**

Sempre advogo que devemos respeitar a estrutura: aquisição e definição da política de vacinação cabem ao Ministério da Saúde; estados e municípios executam essa política. Uma vez que o ministério não fez as aquisições que deveria fazer, na quantidade necessária, não vejo como equivocada a tentativa de aquisição por governadores e prefeitos, desde que respeitem os princípios do SUS, distribuam doses equitativamente para todos os municípios e respeitem a prioridade na vacinação dos grupos com maior risco de adoecer, ter complicações e morrer. Não sou favorável que cada município que compre vacinas estabeleça uma política própria de vacinação. Mas, se pensarmos que é um aporte a mais de doses para a política nacional de imunização, seria bem-vindo.

**Muito discutiu-se sobre a compra de vacinas pelo setor privado. Seria mais uma maneira de furar fila?**

A rede privada sempre foi complementar ao SUS. Dou o exemplo da vacina de influenza: o governo federal compra



MARCELO CAMARGO/ABR

## Anvisa x Sputnik

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) negou, em 26 de abril, o pedido excepcional de importação da vacina russa Sputnik V, do Instituto Gamaleya. O órgão alegou não ter recebido relatórios técnicos capazes de comprovar que o imunizante atende os padrões de segurança e qualidade. O parecer da Anvisa também informou que o adenovírus usado na vacina, por meio da tecnologia conhecida como vetor viral não replicante, pode sim se replicar, gerando risco de surgimento de doenças em quem receber o imunizante. O Instituto Gamaleya, ligado ao governo russo, reagiu e afirmou que pretende processar a Anvisa por difamação.

Em publicação nas redes sociais (29/4), o instituto disse que a Anvisa havia feito “declarações incorretas e enganosas sem ter testado a vacina” e que a decisão havia sido política e não técnica. O Gamaleya declarou ainda que o veto à Sputnik seria fruto da pressão dos Estados Unidos, durante o governo Trump, para que o Brasil não comprasse a vacina russa. Já a Anvisa disse ter pedido esclarecimentos, mas que não havia recebido respostas. Para o médico sanitário Gonzalo Vecina, fundador e ex-presidente da agência, a decisão do órgão regulador está correta, pois ainda falta informação sobre a vacina, como afirmou ao site Olhar Digital (3/5). Em 4 de maio, o governador do Piauí e presidente do consórcio Nordeste para compra de vacinas contra a covid-19, Wellington Dias (PT), disse que pediu à Anvisa que reavalie a decisão de rejeitar o pedido de importação emergencial da Sputnik V. O grupo de governadores enviou à agência um ofício com respostas do Instituto Gamaleya sobre os questionamentos da agência.

80 milhões de doses para o grupo definido por ele como de risco, e os empresários compram doses para seus funcionários que não estão neste grupo. Quem está fora, também pode ir até a rede privada e pagar por sua vacina. Isso sempre foi bem-vindo, porque significa que o país não vai vacinar somente 80 milhões, mas 100, 120, 150 milhões. Esse é o nosso objetivo: ampliar a vacinação. O ministério trabalha a partir do conceito da equidade: dar mais para quem precisa mais. Compra vacina para os grupos com maior risco de adoecer e

ter complicações e para aqueles ligados a atividades essenciais ao Estado. Mas as empresas privadas podem adquirir doses para seus funcionários, até porque o absenteísmo nos locais de trabalho é importante causa de interrupção do processo produtivo. A diferença é que, neste momento, não há vacinas contra covid-19 suficientes no mercado internacional. Os laboratórios sequer estão conseguindo entregar o que prometeram aos governos, que são a prioridade. Acredito que o setor privado não vai conseguir comprar doses, porque agora não há oferta que dê conta de atender a demanda. Em um segundo momento, possivelmente no final deste ano ou início do ano que vem, regularizadas as entregas aos governos, é possível que o setor privado consiga comprar doses e aumentar a vacinação, como faz com a influenza.

**A imunização dos grupos prioritários deveria terminar em julho, mas recentemente foi estendida para setembro. É possível fazer alguma previsão de quando terminará a campanha de vacinação?**

Estima-se que o país precisa vacinar 70% da sua população, mas é uma estimativa, baseada em estudos teóricos. Ainda temos que ver, na prática, se vai haver a diminuição da circulação do vírus na comunidade. Hoje sabemos que as vacinas têm capacidade de diminuir gravidade e óbito, mas não sabemos o impacto delas sobre a infecção. Então não há como estabelecer prazos, ainda mais com a falta de regularidade nas entregas de doses pelos laboratórios.

**O ritmo de vacinação no país joga luz para a questão do complexo industrial e de inovação da saúde. Qual é a nossa capacidade de produzir vacinas?**

Precisamos investir mais no complexo industrial da saúde, ainda muito dependente do mercado internacional. O Brasil



RAQUEL PORTUGAL

“ O Brasil deveria buscar desenvolver vacinas próprias, ter laboratórios com capacidade de produzir as suas vacinas — e não só de absorver tecnologia de fora. ”

deveria buscar desenvolver vacinas próprias, ter laboratórios com capacidade de produzir as suas vacinas — e não só de absorver tecnologia de fora. Infelizmente não temos nenhuma vacina desenvolvida dentro do país, com tecnologia 100% nacional, até hoje. Só vamos conseguir isso se houver grande investimento em pesquisa e desenvolvimento, se nossos laboratórios abarcarem desde estudos pré-clínicos, passando para os clínicos e assim chegando ao processo final de produção. É toda uma cadeia que necessita ser fortalecida.



## Sem segunda dose

Centenas de cidades brasileiras, incluindo algumas capitais, suspenderam, no fim de abril e início de maio, a aplicação da segunda dose da Coronavac por falta da vacina. O problema deixou as pessoas apreensivas sobre a possibilidade de não receber a dose de reforço necessária para desenvolver imunidade contra a covid-19. O que gerou o impasse foram erros de comunicação do governo federal com estados e prefeituras: em 20 de março, o Ministério da Saúde anunciou que as prefeituras não precisavam mais guardar metade das doses da vacina produzida pelo Instituto Butantan para a aplicação da segunda etapa, como antes era recomendado. Como informa reportagem na BBC Brasil (30/4), o problema é que a nova regra valia apenas para aquele lote entregue, de 5 milhões, o que não ficou claro na hora, gerando desabastecimento em algumas cidades que aplicaram logo todo o estoque. Segundo levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), entre os dias 26 e 29 de abril, um total de 869 municípios ficaram sem vacina para aplicação da segunda dose no prazo estipulado pelo informe do imunizante.

### Uma parcela da população passou a desconfiar das vacinas. O que gerou esse medo?

Algumas fake news foram divulgadas pelo próprio governo, que descredibilizou a Coronavac, afirmando que não compraria vacina chinesa, e iniciou uma competição de que uma seria melhor que a outra. Temos vacinas muito semelhantes, com eficácia em torno de 70%. Se compararmos com outras que estão disponíveis no mercado internacional, com eficácia superior a 90%, podemos dizer que as daqui são boas porque têm capacidade de diminuir a gravidade da covid-19 e óbito. Neste momento, esse é o grande objetivo da campanha de imunização. Sempre digo que a melhor vacina é a que chega mais rápido ao braço do cidadão. Nós nunca escolhemos vacinas. Toda vez que precisamos ser vacinados, vamos ao posto e recebemos a dose que está lá disponível, a que foi comprada pelo ministério. Nunca perguntamos qual é a marca. Sempre acreditamos nas vacinas ofertadas pelo PNI, por sua qualidade, sabendo que cumpriram todos os requisitos antes de

“ Junto com água potável, antibióticos e atenção à saúde pelo SUS, a vacinação mudou nosso perfil epidemiológico muito rapidamente. ”

serem entregues à população. Todos acompanhamos o rigor da Anvisa para liberar esses imunizantes. Neste momento de pandemia, é inadmissível estar duvidando de vacinas do PNI. Por que fake news estão tomando corpo? Porque falta comunicação adequada do governo federal, esclarecendo, tirando dúvidas da população. É preciso investimento na comunicação para reforçar que o SUS só oferta vacina com qualidade, segurança e eficácia.

**A atuação da Anvisa está em debate: inicialmente se falava que os prazos de análise estavam muito longos; agora, no caso da Sputnik, sobre possível politização. Como analisa o trabalho da agência durante a covid-19?** Estamos vendo registros serem liberados em nove, dez dias, um prazo recorde. O que não é liberado nesse prazo, é

porque teve problemas na documentação. A Anvisa está seguindo critérios rigorosos para garantir que as vacinas ofertadas pelo PNI tenham segurança e qualidade. Não podemos abrir mão desses requisitos. A hora que começar a abrir mão, aí sim vai ser possível falar em politização.

**Para a covid, a vacinação tem um desafio adicional: as duas doses. Como isso vem impactando?**

É a primeira vez que o Brasil faz uma campanha de vacinação dessa magnitude, vacinando 80 ou 100 milhões de brasileiros, com duas vacinas, duas doses e esquemas diferentes (uma com intervalo de 28 dias, outra com intervalo de 12 semanas). Daí a importância de uma boa comunicação por parte do governo federal. O país precisa esclarecer que, com uma única dose, as pessoas não estão protegidas; que elas devem completar seu esquema vacinal; que têm que respeitar os intervalos diferentes das vacinas. Quem começar com Coronavac, deve terminar com Coronavac. Quem começar com Astrazeneca, deve terminar com Astrazeneca. Não há estudos que mostrem que se pode misturar vacinas neste momento. É preciso organização e comunicação.

**Países como Estados Unidos e Israel conseguiram vacinar a maior parte de suas populações, enquanto muitos países da África mal começaram a receber doses. Que discussão se dá a nível global sobre a falta de solidariedade na distribuição de vacinas?**

## Coberturas em queda

Reconhecido mundialmente pelo sucesso e alcance, o PNI tem sofrido desde 2016 com quedas nas coberturas das principais vacinas oferecidas gratuitamente à população — problema que se agravou em 2019 e, principalmente, em 2020 com a pandemia. As causas são muitas, segundo os especialistas, como Radis já abordou na edição 196 [janeiro de 2019]. Contudo, a desconfiança em relação às vacinas de um modo geral é um dos riscos gerados por erros de comunicação, falta de planejamento e desorganização na vacinação contra a covid-19, que podem impactar o futuro do programa, segundo Carla Domingues. Em 2020, a cobertura da vacina contra a poliomielite ficou em 75,85%; a BCG (que previne contra tuberculose), em 73,20%; e a de rotavírus, em 77%. A primeira dose da tríplice viral, destinada à prevenção de sarampo, caxumba e rubéola, alcançou apenas 79,48% do público-alvo, enquanto o alcance da segunda dose foi ainda menor (68,25%). A meta para essas vacinas é alcançar 90% ou 95% de cobertura.







É lamentável. A Organização Mundial da Saúde tentou organizar um consórcio internacional, o Covax Facility, para diminuir o preço e melhorar a distribuição a países em desenvolvimento (alguns em caráter de doação). A previsão inicial era receber 1,2 bilhão de vacinas, das quais acabou recebendo apenas 120 milhões. Estamos vendo países desenvolvidos com doses suficientes para três, quatro vezes sua população, e mesmo assim não disponibilizando excedentes. Na minha avaliação, é um equívoco, pela capacidade de mutação do vírus. Um país com vacinação exitosa pode perder tudo com a chegada de uma cepa nova, para a qual a vacina não oferece proteção. É uma questão de solidariedade, mas também uma questão epidemiológica.


#### **O problema dessa vacinação, de fato, não parece ser de estrutura. Qual é o tamanho do PNI?**

O PNI sempre foi considerado uma política de Estado, com continuidade desde sua criação, em 1973. Com a introdução de novas vacinas, foi se fortalecendo ainda mais. Hoje temos um calendário com 15 vacinas para crianças, nove para adolescentes, cinco para adultos e idosos. O PNI compra 300 milhões de doses e tem um orçamento de R\$ 4,7 bilhões. Note que a estrutura é muito grande para dar conta do desafio de levar as vacinas até as salas de vacinação. São 300 mil profissionais de saúde envolvidos em 38 mil salas de vacinação, com grande capilaridade pelo país. As salas são organizadas pelos municípios, que contratam a força de trabalho para que as doses cheguem realmente ao braço do cidadão. Essa estrutura foi se organizando ao longo desses quase 50 anos. À medida em que se introduzem mais vacinas, vai aumentando a estrutura para dar conta dessa gigantesca responsabilidade de levar um calendário complexo para toda a população brasileira.

#### **Qual foi o impacto do PNI na saúde do brasileiro?**

Graças ao PNI, mudamos completamente o perfil epidemiológico e de vida da população brasileira. Na década de 1970, a cada mil crianças nascidas vivas, 100 morriam de doenças imunopreveníveis — então a principal causa de mortalidade. Hoje temos em torno de 12 mortes por mil. A vacinação contribuiu enormemente para essa mudança. Nossa população tinha expectativa de vida de 50 anos. Hoje, está em 80 anos. Junto com água potável, antibióticos e atenção à saúde pelo SUS, a vacinação mudou nosso perfil epidemiológico muito rapidamente. Os brasileiros entenderam sua importância, sempre mantivemos elevadas coberturas vacinais. Ter um programa organizado foi fundamental para a adesão da população e a aceitação das vacinas. Nos últimos anos, estamos observando a diminuição das coberturas vacinais. Em 2020, todas as vacinas para crianças tiveram em torno de 70% de cobertura [a taxa já foi de 95%]. Quase 800 mil crianças ficaram sem sua vacinação completa.

#### **De que maneira a vacinação cheia de problemas pode impactar a visão que o brasileiro tem desse programa que sempre foi tão valorizado?**

Agora que está todo mundo falando sobre a importância da vacinação, esperamos que as pessoas voltem a procurar os postos e mantenham sua imunização em dia. Por outro lado, se a campanha contra covid seguir com intermitência e dificuldade de comunicação, o legado pode ser a descredibilização do PNI e que as pessoas não voltem para outras vacinas. Se a campanha não for exitosa ou muito demorada, pode sim ter efeitos negativos. Espero que o rumo seja corrigido, que o processo ganhe velocidade e impacte no perfil de morbimortalidade dessa doença que já levou a mais de 400 mil óbitos. 

# UM NORTE (AINDA) DESCONHECIDO

As origens e os impactos da invisibilidade nas condições de vida dos que moram na maior região do país

---

## ADRIANO DE LAVOR

---

Responda rápido, sem consultar o Google: quais estados compõem a Região Norte do Brasil? Você seria capaz de citar, sem titubear, suas capitais? O que você conhece da região, que não seja a Floresta Amazônica? É verdade que só moram indígenas por lá? Para além da desatenção com as aulas primárias de geografia e da ausência de notícias regulares sobre a região na chamada mídia nacional, permanece ainda ignorada, por grande parte da população brasileira, a maior região do país.

“O Brasil não conhece o Brasil; o Brasil nunca foi ao Brasil”, escreveram Maurício Tapajós e Aldir Blanc em 1978, quando compuseram a canção “Querelas do Brasil”. Mas será mesmo que, com tantas mudanças nestes últimos 43 anos, no país e no mundo, com as inúmeras inovações nas tecnologias de informação e de comunicação e os muitos avanços na área de transportes, é possível afirmar que a composição, imortalizada na voz da cantora Elis Regina, ainda descreve o grau de (des)conhecimento dos brasileiros em relação ao próprio país?

O que nos dizem as pessoas que moram lá? O que está nos livros didáticos ou aparece nas notícias e nos programas

de entretenimento corresponde à realidade de quem habita este vasto território que ocupa nada menos que 45% do território nacional? Partindo da premissa de que a invisibilidade da região persiste e é responsável por inúmeros impactos na vida de seus habitantes — incluindo no acesso e na manutenção de sua saúde — nós conversamos com pessoas que nasceram e/ou moram em diferentes cidades do Norte, com o intuito de refletir sobre as origens deste desconhecimento e chamar atenção para alguns dos reflexos da invisibilidade na garantia de políticas públicas e no exercício da plena cidadania.

A partir de seus relatos, nós descobrimos, por um lado, uma série de problemas que não encontram repercussão na mídia “sudestina” e, por outro, realidades complexas e muito diversas, dentro da mesma região — muitas delas ainda invisíveis ao resto do país. Hora de questionar nossa ignorância, problematizar estereótipos e embarcar em uma viagem de esclarecimentos guiada pelas palavras de Ninawá, do Acre, Tami, do Amapá, Sully, do Amazonas, Raquel, do Tocantins, Gadelha, em Rondônia, Jaider e João Carlos, em Roraima, e Rui, no Pará.

---

Vista do rio Tapajós, em Santarém, no Pará: a exuberância da Amazônia esconde problemas típicos das cidades, como altos índices de pobreza

## PERDEMOS O NORTE?

A definição nos dicionários é clara: a expressão “perder o norte” se refere à ideia de alguém ou algo perder o rumo e não saber que direção tomar; de modo inverso e complementar, “dar um norte” significa apontar um caminho seguro para quem está perdido. Após uma visita rápida aos principais portais noticiosos e de entretenimento brasileiros, no entanto, é possível imaginar um outro uso para estas expressões, ao se constatar que eles parecem “desnorteados”. Não por terem perdido a orientação espacial, mas por não darem a devida atenção ao que acontece nos estados que se situam no alto do mapa do Brasil.

Apesar de ocupar 45% do território do país e ser a morada de 18 milhões de brasileiros, não é frequente ver a Região Norte nas manchetes dos jornais ou representada nos programas de televisão — a menos que as notícias sejam sobre a devastação da Amazônia ou tratem de algo extraordinário. “O Norte só é noticiado por aqui quando há tragédia ou quando há festa”, avalia o artista plástico Jaider Esbell.

Índigena da etnia Macuxi, nascido em Roraima, ele falou sobre o assunto pelo telefone, quando montava Ruku, sua mais recente exposição, em uma galeria em São Paulo. Na entrevista que concedeu [disponível na íntegra no site da *Radis*], Jaider revelou perceber um total desconhecimento da Região Norte no Centro-Sul do país, onde ainda é vista como um lugar remoto, mas ponderou que o inverso também acontece: “Falta interatividade entre as realidades”, avaliou.

Nascida no Amapá, Tami Martins já se acostumou a ser a primeira (e às vezes a única) amapaense nos grupos com quem interage em outros lugares do Brasil, e considera legítima a curiosidade das pessoas sobre “o lado mais amazônico do país”. Graduada em Design de Produto no Centro de Ensino Superior do Amapá, trabalhando eventualmente com veículos de comunicação, ela no entanto sempre se sentiu incomodada com a invisibilidade de seu estado no noticiário nacional.

Em novembro de 2020, quando um “apagão” deixou 90% da população do Amapá sem acesso à energia elétrica, à comunicação e a itens básicos como comida, água encanada e até água potável, ela postou em sua conta no YouTube um vídeo que produziu em animação, criticando



Arte contra a invisibilidade: a designer Tami Martins produziu uma animação onde reflete porque o Amapá continua no escuro.

FOTO: ACERVO PESSOAL



FOTO: RENATA CHEBRI / GALERIA MILITAN

Em São Paulo, o artista Jaider Esbell, de Roraima, critica o desconhecimento do Norte no Centro-Sul do país: “Falta interatividade entre as realidades”



FOTO: RENATA CHEBEL / GALERIA MILLAN

Para a professora Raquel Palmeira, a identidade em formação do estado contribui para o desconhecimento de Tocantins



FOTO: ACERVO PESSOAL

a situação. “Você talvez não conheça o Amapá. Eu quero te contar por que o Amapá está no escuro há mais de 30 anos”, diz no texto de abertura do vídeo.

Naquele momento, sem notícias da família e dos amigos — a designer mora em Salvador há dois anos — ela denunciava, entre outros problemas, que, a despeito das riquezas minerais e naturais do estado, os 800 mil habitantes do Amapá vivem isolados do restante do país “É o único estado brasileiro sem acesso por via terrestre para o restante do país, onde as passagens aéreas podem custar mais do que uma viagem internacional”, narrou. À *Radis*, Tami disse em abril não ver a atenção de grandes veículos de comunicação voltada para o extremo Norte a não ser em caso extremos — como o apagão no Amapá e a falta de oxigênio para as vítimas da covid-19, no Amazonas.

Nativo e morador de Manaus, mas conhecedor de 45 dos 62 municípios do Amazonas, o cientista social Sully Sampaio viveu esta crise de perto. Ele reforça a percepção sobre a invisibilidade do Norte, destacando que há um esforço da imprensa “sudestina” em manter a situação permanente. Por outro lado, ele enxerga que há um esforço na região para diminuir esse apagamento, envolvendo estratégias de comunicação em rede, como o uso das redes sociais e da radiofonia, e iniciativas bem-sucedidas na área de educação. “As pessoas criam estratégias para diminuir as distâncias. Claro que umas com sucesso; outras, nem tanto. Na maioria das vezes, essas estratégias existem no plano local. A radiofonia, por exemplo, funciona em São Gabriel da Cachoeira, naquele contexto. Quem mora lá sabe a luta que é se comunicar com os interiores, já que a telefonia celular no interior do Amazonas é sofrida”, contou, na entrevista que concedeu à *Radis* [disponível no site].

Outra estratégia referida por Sully foi o QualificaSUS, projeto de formação profissional da Fiocruz Amazônia de capacitação e aperfeiçoamento de trabalhadores da saúde nos municípios do interior do estado, cuja proposta é melhorar o serviço prestado à população. Um dos coordenadores do projeto, ele explicou que, ao levar os cursos às cidades distantes da capital, a iniciativa contorna pelo menos dois dos problemas enfrentados por quem quer se qualificar, mas não vive em Manaus: o deslocamento por longas distâncias e a falta de acesso ao sinal de telefonia e de internet, dificuldades recorrentes na região.

## OCUPAÇÃO E IDENTIDADE

Mas o que mantém essa invisibilidade, mesmo em tempos de alta conectividade global? Para Sully, falta interesse do poder público para resolver a questão. “É parecido com o que acontece com a seca, no Nordeste. Todo mundo diz que vai resolver, mas ninguém resolve, porque alguém ganha com isso”, opina.

Tami concorda. “Segue sendo de interesse político que o Amapá seja quase invisível, pois assim segue concedendo a exploração do estado a empresas que realizam obras precárias e de maneira predatória, causando geralmente devastação e grandes consequências ambientais e sociais”, diz a designer no vídeo que produziu. Para ela, é para perpetuar o enriquecimento ilícito de políticos e empresas, principalmente estrangeiras, que o Amapá está “há tantos anos no escuro”.

O jornalista José Gadelha, assessor de comunicação da Fiocruz Rondônia, acrescenta outro aspecto à discussão: a manutenção de um discurso colonial. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação e Saúde (PPGICS/ICICT), da Fiocruz, ele lembra que o estado, assim como outros da Região Norte, foi formado por migrantes, pessoas que vieram de outras partes do Brasil incentivadas por diferentes políticas de ocupação da Amazônia.

Sua própria história familiar ilustra o que diz. Filho de pais cearenses, que migraram para Santarém, no Pará, onde ele nasceu, Gadelha mudou com a família para Rondônia no fim dos anos 1980, quando seu pai foi trabalhar com o garimpo no Rio Madeira. Mas qual a relação disso com a invisibilidade? Segundo ele, no caso de Rondônia, os processos de ocupação e de “apropriação” do território [garimpo, abertura de estradas e distribuição de terras pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nos anos 1970 e 1980, além da construção de vilas habitacionais contíguas à construção das usinas hidrelétricas, nos anos 2000], resultaram na formação de uma identidade rondoniense híbrida, multicultural, que também teria como marca o sentimento de não-pertencimento ao lugar.

Com a experiência que acumulou no magistério e no exercício do jornalismo — durante 11 anos, ele editou e apresentou o telejornal Bom Dia Amazônia, exibido diariamente, pela Rede Amazônica — Gadelha incluiu em sua análise outros aspectos do problema, como a dificuldade de acesso a oportunidades de formação de qualidade na área de comunicação em Rondônia, além da necessidade permanente de os profissionais do jornalismo local “brigarem” pela exibição de reportagens regulares sobre o estado nos noticiários nacionais. “É uma disputa injusta”, classificou.

A professora Raquel Palmeira também acredita que a formação identitária do Norte tem relação com a manutenção da invisibilidade. Moradora de Araguaína, onde pesquisa línguas indígenas no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) na Universidade Federal do Tocantins (UFT), ela considera que a identidade ainda em formação do tocaninense contribui para que ela ainda seja desconhecida no restante do país. “É o estado mais novo da federação. Muitas pessoas não fazem ideia de qual é a sua identidade cultural”, justifica.

“Quando você resolve realmente conhecer e ouvir as pessoas e quais são as suas experiências e estratégias para lidar com os problemas do cotidiano, você cresce, aprende e deixa de ser o dono da verdade”

“Quando se fala da Bahia, a capoeira e o candomblé marcam o lugar. No Goiás existem as duplas sertanejas; no Amazonas, os rios... Quando se fala do Tocantins ainda não existe uma identidade formada na cabeça das pessoas. É como se ainda fosse uma extensão do Goiás, como há 30 e poucos anos”, disse à *Radis*. Também migrante, nascida em uma família baiana na cidade de Itamaraju, ela veio morar em Araguaína ainda criança, onde cresceu e vive até hoje.

Raquel acrescenta que em Tocantins, além dos elementos culturais trazidos pelos migrantes, existe uma tradição indígena muito forte — o que em muitas ocasiões induz as pessoas a acreditarem que no estado só vivem populações nativas. “Só tem índio aí?” é uma pergunta que costuma ouvir, principalmente quando descobrem que pesquisa a língua da etnia krahô e que ela é casada com um pesquisador indígena, o geógrafo Adriano Karajá. “Eu gostaria que minha pesquisa contribuísse para mudar o olhar das pessoas para a cultura indígena e para o meu estado, mas talvez ela não tenha tanto alcance por conta da minha localização geográfica”, lamenta. “Não nos deixam falar, isso causa um apagamento. Você só respeita aquilo que conhece”, reflete.

## FRONTEIRAS E ROTATIVIDADE

A falta de identificação com o lugar onde se vive é algo que chama muito a atenção do pesquisador João Carlos Jarochinski, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (UFRR), desde que chegou à Boa Vista há sete anos. Paulista, pós-doutor pelo Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/Unicamp) e doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia

Um dos coordenadores do QualificaSUS, no Amazonas, Sully Sampaio critica a romantização da região: “Viver na Amazônia não é romântico. É sofrido”.



Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ele estuda o tema desde 2007 e conhece diferentes áreas de fronteira no Norte do país.

Na entrevista que concedeu à *Radis*, João Carlos situou sua análise nas regiões de fronteira, observando que a presença do Estado nestes lugares privilegia equipamentos de segurança e proteção do território em detrimento da prestação de serviços essenciais para o exercício da cidadania. Em decorrência disso, pontuou o professor, os agentes públicos não criam uma identificação consistente com o território onde atuam. “A gente brinca que as pessoas vêm com a mochila nas costas, já esperando a ida para outras localidades”, disse ele.

Segundo João Carlos, permanecem no lugar pessoas que não têm alternativas, os que se sujeitam a viver em não-lugares. O pesquisador falou especificamente de Pacaraima [município no norte de Roraima que ganhou notoriedade na mídia por ser a principal porta de entrada dos migrantes venezuelanos no Brasil], onde é perceptível outro desdobramento do problema. Já que os serviços públicos são escassos nestes locais, além do sentimento de não-pertencimento, registra-se uma ideia permanente de disputa por estes serviços, o que reforça a rejeição à presença do migrante estrangeiro.

Para o pesquisador, a visão “securitária” reforça a condição de invisibilidade destas regiões fronteiriças, já que só atraem para elas interesses baseados na perspectiva do controle e da ameaça. Isso se reflete na construção de noticiários sobre elas, que valorizam, via de regra, aspectos muito negativos, como a violência, o tráfico de drogas e de armas, a devastação ambiental, a garimpagem.

Em sua análise, João Carlos também considerou que os

elementos de ameaça se tornam ainda mais negativos quando contrastam com outra ideia recorrente na região, que é a “edenização” do espaço, ou seja, a visão da Amazônia como se fosse um paraíso terrestre — “um lugar que todo mundo gosta de passar uns dias, mas ninguém quer ficar”, destacou. Ele advertiu, no entanto, que as pessoas que resolvem passar suas vidas na região sofrem muito com as condições de vida, enfrentando problemas como falta de conectividade e pouca integração com o restante do território nacional.

## ROMANTIZAÇÃO E PRECARIIDADE

“Os livros ainda evidenciam uma Amazônia que não existe. A mídia, também”, observou José Gadelha. Para ele, essa idealização da região é, em parte, responsabilidade do que se vê nos meios de comunicação, mas também decorrente do processo de escolarização. “O que a gente aprende sobre a Amazônia nos livros didáticos também colabora para isso. Isso vem mudando muito recentemente, mas os livros didáticos mostram uma realidade que não é a mesma vivenciada pelas populações urbanas”, avaliou. Para ele, a imagem da Amazônia foi construída por pessoas que muitas vezes nem conheceram a região presencialmente, a partir de um imaginário. “Isso ainda é muito forte”.

Sully também comentou sobre a idealização do território, mas ressaltou que, na prática, essa visão dura pouco. “Viver na Amazônia não é romântico. É sofrido”, advertiu. Ele lembrou que, dependendo do lugar onde se esteja, é possível ficar isolado, em determinadas épocas do ano, porque o rio está seco e não há como navegar. “Aqui não há estradas acessíveis de um município para o outro, são pouquíssimos os lugares

que têm estradas”, explicou, dizendo que muitas vezes esta romantização dá lugar a outro sentimento, que é de revolta. Em algumas situações, reconhece, a visão romântica da precariedade é usada por gestores não comprometidos, que tentam assim justificar falta de investimento nas condições de trabalho, valorizando profissionais que, mesmo não tendo capacidade técnica, têm menor potencial para reclamar.

Em outro estado do Norte, o antropólogo Rui Massato Harayama também tem refletido sobre a romantização, relacionando-a com a precariedade. Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em Santarém, ele se mostrou incomodado com uma visão distorcida da realidade profissional, geralmente divulgada por pessoas que não vivem na região. Para o pesquisador, essa visão é reforçada pela invisibilidade, já que possibilita a romantização das iniquidades em saúde.

Em entrevista à *Radis*, Rui citou como exemplo a idealização da situação de comunidades quilombolas que não têm acesso à saúde e se tratam com ervas medicinais. Ele explicou que embora valorize os conhecimentos tradicionais, estes não substituem o atendimento técnico da saúde, que deveria ser prestado a esta população. Em sua opinião, deveria haver uma articulação dos dois campos de conhecimento. “A ideia é não romantizar a dificuldade, mas sim instrumentalizar e capacitar os profissionais, de modo que o trabalho possa acontecer e seja objetivo”, afirmou.

O pesquisador do Instituto de Saúde Coletiva da Ufopa também chamou atenção para situações em que as redes de solidariedade invisibilizam problemas estruturais crônicos. Ele lembrou de situações em que profissionais de uma Unidade Básica de Saúde compraram com o próprio dinheiro sabonete líquido para ser usado em procedimentos, já que o orçamento da unidade não era suficiente para obter o insumo; e de outras em que a comunidade se mobilizou para angariar recursos por meio de rifas e bingos para socorrer o sistema de saúde. Mesmo reconhecendo que não vê problemas na ajuda comunitária ao SUS, ele acredita que tais posturas contribuem para “esconder” as iniquidades.

Rui criticou ainda o fato de a região Norte ser tratada como “repositório de imagens de povos da floresta”. Para ele, o que se vê são grupos populacionais resistindo em cenários de pauperização. “As pessoas têm uma imagem de que quem vive na floresta tem garantia de comida no seu quintal, mas não tem”. O professor lembrou que os indígenas, por exemplo, além da pressão sobre suas terras, enfrentam graves problemas de insegurança alimentar.

## REFLEXOS DA INVISIBILIDADE

O desconhecimento das especificidades regionais, a invisibilidade do cotidiano nas cidades e o isolamento de determinadas áreas trazem consequências para a vida de quem mora na região Norte. Em muitos casos, é difícil estabelecer quais questões são invisíveis — inclusive dentro do território — e quais são decorrentes da invisibilidade.

Para Ninawá Inu Huni Kui, presidente da Federação do Povo Huni Kui no Estado do Acre, a paralisação na demarcação das terras indígenas e os conflitos que ocorrem nos territórios são problemas que ocupam este lugar duplo: além

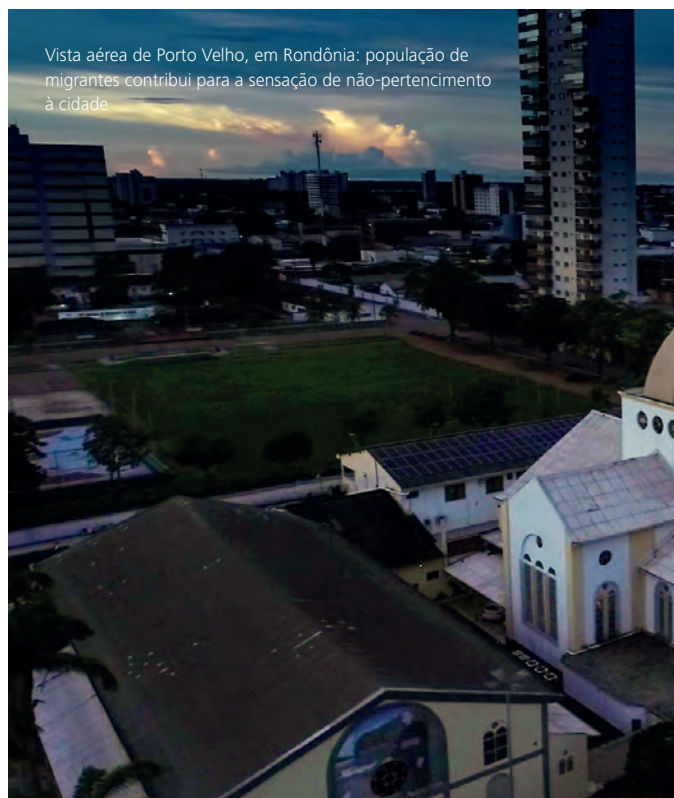
de não estarem no noticiário, eles se agravam com a invisibilidade — neste caso, invisibilidade da região e também das questões indígenas.

Ela relatou à *Radis* que quando aconteceram as enchentes no estado, em fevereiro de 2021, somente entre os Huni Kui 524 famílias foram atingidas, em 94 aldeias. Segundo ele, dos 12 territórios, nove foram afetados; a aldeia onde vive, Yskuiá Yuxibú, que fica no território Hênê Bariá Namakiá, próximo à cidade de Feijó, às margens do rio Envira, foi completamente inundada. Isso sem falar nos prejuízos causados a outras etnias. O problema entre os indígenas, no entanto, não apareceu nos jornais, ressaltou Ninawá.

Outra invisibilidade crônica, identificada pelo líder indígena é a precariedade na assistência à saúde e na oferta de saneamento. “Por mais que a Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena] tenha uma equipe multidisciplinar completa, não há equipamentos e falta estrutura”, avaliou, lembrando que 80% dos problemas de saúde são causados pela ausência de infraestrutura de saneamento nas aldeias. “Isso desaparece no noticiário. Nem aqui é notícia”, avaliou.

Para ele, a falta de estatísticas oficiais sobre a saúde indígena também é reflexo da invisibilidade, o que impede que se tenha uma real visão da situação dos povos nativos no estado. Para minimizar os problemas, Ninawá diz investir em atividades de conscientização da população, na medida em que possam se tornar aliados na luta por uma política afirmativa de governo para os povos indígenas.

Entre outros reflexos da invisibilidade, o professor João Carlos chama atenção para o fato de que ela reforça estereótipos. “Os estereótipos daqui não são invisíveis. A perspectiva do que é o cotidiano, do que é a vida real, essa sim é invisibilizada, o que acaba afetando a oferta de serviços”, disse. Ele ressaltou que problemas como a “permanência de uma gritante desigualdade social” desaparecem para dar lugar aos estereótipos do não-lugar, da violência e, também, do lugar das belezas naturais, da floresta.



Vista aérea de Porto Velho, em Rondônia: população de migrantes contribui para a sensação de não-pertencimento à cidade



# DESIGUALDADES NEM SEMPRE VISÍVEIS

O estudo preliminar “Redução da expectativa de vida em 2020 no Brasil depois da Covid-19”, publicado em 9 de abril de 2021, conduzido por cientistas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Brasil, e das universidades de Harvard, Princeton e do Sul da Califórnia, nos Estados Unidos, mostra que a maior queda na expectativa de vida ocorreu na Região Norte, com o pior índice visto no Amazonas. No estado, a expectativa de vida reduziu 3,28 anos, marca antes registrada em 2007. (<https://bit.ly/3s73Qbx>)

- A Região Norte está entre as mais afetadas pela fome na pandemia, aponta o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia no Brasil”, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) entre 5 e 24 de dezembro de 2020, em 2.180 domicílios nas cinco regiões do país. (<http://olheparaafome.com.br/>)

- Cidades da Região Norte receberam menos recursos federais por habitante para combater a covid-19 até 31 de dezembro de 2020, divulgou a ONG “Repórter Brasil” (22/1). Com base nos dados do Fundo Nacional de Saúde, que gerencia a aplicação dos recursos federais no SUS, a ONG divulgou que a cidade menos beneficiada pelos repasses federais na região foi Manaus (R\$ 24,97 por habitante), seguida



A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá, no Amazonas, é exemplo da dificuldade de acesso às longas distâncias na região

por Rio Branco (R\$ 31,95 per capita) e Tailândia, no Pará (R\$ 37,53) — todas abaixo da média nacional por habitante (R\$ 110,72). (<https://bit.ly/3d6jaRw>)

- Lançada em outubro de 2020, a pesquisa “Tempo para Escola na Pandemia”, da Fundação Getúlio Vargas, que avaliou as horas dedicadas pelos estudantes ao aprendizado à distância, demonstrou que os alunos da Região Norte foram os mais prejudicados, com piores índices registrados no Acre, onde tiveram menos da metade de tempo dedicado aos estudos do que no Distrito Federal, melhor avaliado na pesquisa. A falta de oferta de atividade registrada no Pará (45%) também está longe da identificada no Paraná (2,09%). O estudo ainda identificou maior falta de envolvimento dos jovens de 6 a 15 anos da região com os estudos no período avaliado, sugerindo, entre outros fatores, falta de infra-estrutura domiciliar. (<https://bit.ly/39ZQLu1>)

- Metade dos moradores da Região Norte do país sobreviviam com R\$ 273 mensais em 2019, demonstrou a “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Rendimento de todas as fontes 2019”, feita pelo IBGE. Segundo o estudo, o rendimento médio mensal real domiciliar per capita obtido de todas as fontes, em 2019, não alcançava o valor do salário-mínimo, chegando apenas a R\$ 872, enquanto no Sudeste chegava a R\$ 1.720. (<https://bit.ly/3d8KJtt>)



FOTO: RUAN GABRIEL

FOTO: ADRIANO DE LAVOR


Rui destacou, que a despeito da imagem de “Caribe brasileiro”, Santarém já convive com os problemas típicos dos grandes centros urbanos, com regiões periféricas onde vivem pessoas expulsas dos interiores, muitas vezes por conta da pressão do agronegócio, outras em busca de acesso às redes de serviço, saúde, educação. “São bolsões de muita pobreza, não é pouca pobreza, é muita pobreza”, enfatiza. Nestas regiões, falta infraestrutura e não é raro ver pessoas morando em palafitas, acrescentou.

“Eu tenho quase certeza de que a invisibilidade prejudica muito a saúde das pessoas”, avalia Tami. Ela acredita que isso se reflete, principalmente, no acesso à saúde, e citou como exemplo a situação do seu estado, neste momento de pandemia. “O Amapá tem 800 mil habitantes e um sistema de saúde precário. Quando começou a pandemia, era o estado que tinha menos leitos de UTI para atender à população”, observou, reconhecendo que não foram boas as experiências que teve no sistema de saúde. Há alguns anos, contou, perdeu um irmão criança, oportunidade em que percebeu a falta de infraestrutura do lugar. “Isso é algo que me deixa indignada”, declarou.

José Gadelha enumera alguns reflexos da invisibilidade no cotidiano: dificuldade de acesso à formação acadêmica — ele frisou que só consegue cursar o doutorado, neste momento, porque o processo de seleção e as disciplinas estão sendo ministradas virtualmente; as longas distâncias, que tanto dificultam as viagens e o transporte de insumos e produtos, reforçam a ideia de um espaço longínquo, onde nada acontece. “Mas aqui acontecem muitas coisas, muitas pesquisas são desenvolvidas no campo da saúde pública. A própria construção da Fiocruz Rondônia, a partir de 2009, é uma história belíssima”, reforça.

De todo modo, ele avalia que ainda é difícil divulgar estas pesquisas em âmbito nacional, e adverte para o risco que isso representa para a saúde. “Se a gente considerar que a imprensa é uma ferramenta de educação em saúde, um instrumento de formação das pessoas sobre os processos de saúde e os processos de doença, a invisibilidade contribui para que as pessoas não saibam, por exemplo, sobre doenças que são endêmicas da região”, reflete.

Para Gadelha, a ausência da divulgação das pesquisas sobre elas, ou da voz dos especialistas sobre essas doenças é um reflexo da invisibilidade. Ele cita a leishmaniose, que acomete cerca de mil pessoas em Rondônia, mas que pouco é vista no noticiário; a dengue, endêmica na região, e a malária, problema ainda não resolvido, mas que também não recebem a devida atenção midiática. “Uma doença não é só o número de casos ou de pessoas acometidas, isso é só um dado. Existe toda uma conjuntura por trás disso”, critica.

Diante de tantos desafios, parece que enfrentar estereótipos, silenciamentos e invisibilidades é desafio premente na região, situação para a qual Sully parece sugerir um caminho: “Quando você resolve realmente conhecer e ouvir as pessoas e quais são as suas experiências e estratégias para lidar com os problemas do cotidiano, você cresce, aprende e deixa de ser o dono da verdade”, diz o pesquisador. Para ele, que já esteve em lugares no Amazonas os quais a maioria das pessoas nunca ouviu falar, não há como ir a locais remotos como o dono da verdade, “porque lá existe uma tradição, uma história e um modo de viver que não dá para desconsiderar”. 

# PARA NÃO

- ▶ NORDESTE E NORTE NÃO SÃO A MESMA REGIÃO, ASSIM COMO SUDESTE E SUL SÃO DIFERENTES. A REGIÃO NORTE FOI “CRIADA” A PARTIR DA DIVISÃO REGIONAL DO PAÍS REALIZADA PELO IBGE EM 1969.
- ▶ ESTADOS: ACRE, AMAPÁ, AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA, RORAIMA E TOCANTINS.
- ▶ MAIOR REGIÃO DO PAÍS, OCUPANDO QUASE 4 MILHÕES DE KM<sup>2</sup>, O QUE EQUIVALE A 45% DO TERRITÓRIO NACIONAL.
- ▶ SUA POPULAÇÃO É DE 18 MILHÕES DE HABITANTES, CONFORME ESTIMATIVA POPULACIONAL DO IBGE, FEITA EM 2020.
- ▶ 60% DA FLORESTA AMAZÔNICA ESTÁ SITUADA NA REGIÃO, MAS A CHAMADA AMAZÔNIA LEGAL INCLUI, ALÉM DOS SEUS SETE ESTADOS, MATO GROSSO, QUE ESTÁ NO CENTRO-OESTE, E PARTE DO MARANHÃO, QUE FICA NO NORDESTE.
- ▶ É A REGIÃO DO PAÍS COM A MAIOR CONCENTRAÇÃO DE POVOS INDÍGENAS, ABRIGANDO CERCA DE 305 MIL PESSOAS, SEGUNDO A FUNAI. A MAIOR PARTE DAS TERRAS INDÍGENAS CONCENTRA-SE NA AMAZÔNIA LEGAL: SÃO 424 ÁREAS, 115 MIL HECTARES, REPRESENTANDO 23% DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO.

# PERDER O NORTE





# “HÁ MUITA HISTÓRIA SO TERRADA”

A influência das comunidades quilombolas na vida e na literatura de Itamar Vieira Júnior, autor do celebrado Torto Arado

ANA CLÁUDIA PERES

**E**m um trecho do premiado Torto Arado — um dos mais comentados romances da literatura brasileira dos últimos tempos —, uma personagem conta por que decide romper em parte com a servidão tradicionalmente imposta à sua família, recusando-se a doar o melhor bocado de sua produção semanal para “o dono” da terra onde mora. “Só para não deixar que ele levasse meu suor, minhas dores nas costas, meus calos nas mãos e minhas feridas nos pés, como se fosse algo seu”.

Mas esse é apenas um breve fragmento extraído da metade final da história que começa bem antes, quando as irmãs Bibiana e Belonísia se machucam em um acidente enquanto remexem os segredos guardados na velha mala da avó Donana. Uma delas emudece. Dali em diante, a trama escrita por Itamar Vieira Júnior conduz o leitor pelos dias e noites em Água Negra — fazenda fictícia igual a inúmeras outras localizadas no Sertão brasileiro — e pela vida de seus habitantes, trabalhadores rurais descendentes de escravizados, sua luta pela terra, seus traumas, suas memórias, os seus combates, a sua resistência. O resto é surpresa escrita em uma prosa arrebatadora.

Torto Arado é o terceiro livro do escritor de 41 anos, nascido em Salvador, geógrafo, formado pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) e um apaixonado servidor público do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que, se precisasse escolher, afirma, trocaria todos os títulos acadêmicos pelo conhecimento que adquiriu durante 15 anos de ofício junto aos quilombolas, indígenas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária e povos do campo. “Eles têm muito a nos ensinar, basta ouvi-los”. Por meio da ficção, Itamar traz à tona o nosso passado colonial e escravagista, recuperando uma ancestralidade negada a muitos. Para o escritor, talvez resida aí a principal qualidade do livro, que conquistou os cobiçados prêmios Leya, Oceanos e Jabuti.

“Vi um senhor cruel deitar com mulheres negras e abandonar seus corpos castigados à morte, como se quisesse expurgar o mal que o fazia cair. Outro fez do corpo de seu escravo um reparo para o barco imprestável em que navegava. Entrava água na embarcação. O barco chegou ao seu destino com o homem afogado. Vi homens e mulheres venderem seus pedaços de terra por uma saca de feijão ou uma arroba de carne, porque não suportavam mais a fome da seca (...) Queria apenas que reconhecessem o direito das famílias que estavam há muito tempo naquele lugar onde seus filhos e netos tinham nascido. Onde enterraram seus umbigos, no largo de terra dos quintais das casas. Onde construíram casas e cercas.”

TORTO ARADO – Itamar Vieira Júnior.  
262 páginas. Editora Todavia.

Foi com entusiasmo que Itamar Vieira Júnior aceitou o convite para uma entrevista à *Radis*. No bate-papo de cerca de uma hora que você lê na íntegra no site da revista, ele conta sobre a inspiração para o livro, a vida entre a literatura e a regularização das terras quilombolas, o convívio com as comunidades e tudo o que aprendeu entre os povos tradicionais. Também fala sobre a dificuldade de trabalhar com as questões agrárias no atual cenário brasileiro. Mas diz que possui uma “esperança engajada”, que lhe dá coragem para levantar diariamente e fazer o que precisa ser feito.

**O seu livro é uma declaração de amor à terra e aos povos tradicionais, como já foi dito. De onde você parte para escrever *Torto Arado*?**

Essa história surgiu ainda na adolescência, muito influenciada pelos romances que tratam desse mundo rural do Nordeste brasileiro. Cheguei a escrever 80 páginas de uma primeira versão. O mote da história era muito parecido, mas não dei continuidade, claro, porque não tinha maturidade. Por coincidência, eu segui estudando, me formei geógrafo, fui trabalhar como servidor público no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e lá pude ter mais contato com os povos do campo. Foi ali que essa história começou a ganhar mais densidade e foi atravessada por experiências do meu cotidiano de trabalho entre quilombolas, indígenas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária. Ou seja, a história foi ganhando profundidade quando mergulhei de fato, por conta do meu ofício, no mundo rural brasileiro.

**O livro é também uma espécie de acerto de contas com a nossa história. Quanto de racismo e de nosso passado escravagista ainda estão entranhados em nós?**

O Brasil é um país que tem um passado mal resolvido. Eu sempre lembro da frase do Millôr Fernandes [escritor, desenhista e humorista]: “O Brasil é um país com um enorme passado pela frente”. Tivemos quase quatro séculos de um sistema escravocrata perverso, de exploração do trabalho, e temos pouco mais de um século de uma pseudoliberalidade depois da Lei Áurea. Ou seja, a liberdade também é uma construção e ela tem sido construída ao longo das últimas décadas. O traço mais marcante do racismo estrutural são as desigualdades. E as desigualdades no Brasil têm cor. Basta olhar para este momento. Estamos mergulhados numa grave crise sanitária e o impacto da pandemia na vida de homens e mulheres negras é infinitamente maior do que na vida das pessoas que não se declaram como negras. Então, o racismo estrutural permeia tudo, desde a força policial em comunidades predominantemente negras nas grandes cidades brasileiras até o impacto de uma pandemia na vida da população, que não é o mesmo para todos.

**Como a literatura pode ajudar a nos redimir, de certa maneira?**

A literatura não tem um propósito muito definido. A princípio, o propósito da literatura seria a arte, a fruição. Mas eu confesso que, assim como alguns esperam, tenho uma enorme fé na literatura porque, mesmo como arte, ela permite que a gente adentre o pensamento das personagens.



Quando a gente pega um livro para ler, a gente faz um trato com o autor e com as personagens. Durante algum tempo, vamos viver aquelas vidas. Isso é um poderoso instrumento de alteridade, de empatia. Eu acredito que, dessa forma, a literatura pode contribuir para que a gente imagine a vida de outras pessoas, se coloque na pele de outras pessoas, para poder entender a complexidade de suas vidas.

**Qual o maior mérito de *Torto Arado*?**

Para mim, como autor e como leitor, o que tem de mais importante em *Torto Arado* é a possibilidade de construção de uma história comum, de um passado comum, a partir da ficção. Eu fico imaginando que, para muitos de nós, a nossa ancestralidade foi negada. Muitos não sabem de onde nossos antepassados vieram, em que circunstâncias viveram. Há muita história soterrada e eu acho que *Torto Arado* traz essa história à tona e tem capturado um pouco dessa familiaridade que todos nós temos com essas vidas. Mesmo que nós pessoalmente não tenhamos vivido essa história, alguém da família viveu, um pai, um avô, uma avó, um bisavô. Eu tenho visto isso entre os leitores, independente da sua origem ou classe social. Acho que o maior mérito do romance está em permitir que os leitores se conectem a uma história que, de alguma forma, é comum a todos, que fala de algo que nos interessa neste país. É a nossa história.



## ENTRE QUILOMBOLAS

Itamar Vieira Júnior fez sua pesquisa de doutorado em estudos étnicos e africanos na comunidade de Iúna, na Chapada Diamantina, na Bahia. Quando concluiu a tese, aproveitou para encadernar um volume extra que fez questão de entregar pessoalmente aos quilombolas da região. “Eu disse a eles: ‘Olha, aqui está uma tese acadêmica, um trabalho científico, então se algum dia vocês tiverem algum problema, precisarem se apresentar à Justiça, precisarem fazer valer a sua história, mostrem essa tese, porque ela é um documento histórico também’”. Ao ganhar o Prêmio Jabuti de romance em 2020, ficou com o troféu, mas doou o valor de R\$ 5 mil que recebeu em dinheiro para os quilombolas. “O mérito de Torto Arado não é apenas do autor. É mérito desse contexto onde o autor estava e que envolve o órgão onde ele trabalha, as pessoas com quem ele trabalha e o público, que permitiu que ele pudesse compartilhar histórias, ainda que imaginadas, mas histórias que têm sua base na realidade”, disse à *Radis*.

um homem, uma mulher, a gente pode ser um cachorro, um gato, a gente pode ser um espírito, qualquer coisa.

**E nós, leitores, agradecemos. Seu contato com os povos tradicionais e os conflitos no campo vem de antes — sua tese de doutorado inclusive foi realizada na comunidade quilombola de Iúna. Torto Arado seria possível sem essa vivência?**

Acho que não. Trabalhar como servidor público há 15 anos, ter trabalhado com educação no campo e passado por muitos projetos, é um privilégio. Me levou a conhecer esse Brasil profundo. Se por acaso eu tivesse de fazer uma escolha, trocaria todos os meus títulos acadêmicos, tudo o que aprendi na universidade, pelo que aprendi entre eles. Porque é uma forma de narrar, de experienciar a vida, muito diversa e muito importante. Traz o peso da história deste país em tudo. Para mim, foi fundamental para entender muita coisa. Sem esse encontro, talvez esse livro pudesse até existir, mas não teria essa densidade.

**Como tem sido trabalhar com regularização fundiária no Brasil atual?**

Tem sido muito duro, muito frustrante. Trabalhar com questões agrárias é um trabalho longo e árduo, que demanda tempo. Não se resolve no curto ou médio prazo. Qualquer tempo perdido pode levar toda uma história e uma vida de luta por água abaixo. E nos últimos tempos, temos uma paralisia das políticas voltadas para os povos do campo, que é muito diferente de governos passados, quando esse trabalho tinha uma centralidade. O Incra é um órgão que tem capilaridade, que chega a todo e qualquer município, nos lugares mais remotos do país. Quando entrei no Incra, ele

O livro se passa em um ambiente extremamente patriarcal, mas você faz uma opção por narrar pelas vozes de Bibiana e Belonísia. Por que são mulheres as narradoras? É interessante. Quando submeti o romance ao prêmio Leya, eu escolhi um pseudônimo neutro porque não queria que o fato de ser homem ou mulher influenciasse na decisão do júri. E foi bem curioso porque eles leram na dúvida se tinha sido escrito por um homem ou por uma mulher. Mas por que são mulheres as narradoras? Nesse meu caminhar de 15 anos entre comunidades e povos do campo, eu posso lhe garantir que, principalmente em comunidades quilombolas, 70% das lideranças são mulheres. Seja porque às vezes elas conseguem se escolarizar mais que os homens, ou porque muitas vezes os homens precisam migrar para trabalhar no corte da cana ou outras produções ou porque eles morrem mais cedo já que as mulheres tendem a se cuidar mais, o fato é que essas mulheres assumem esse lugar de liderança e poder. Isso para mim era contraditório, porque elas estão inseridas em um contexto extremamente patriarcal e machista. Como é que pode esse paradoxo? Então, dentro de uma população que é vulnerabilizada como a população quilombola, eu ainda busquei as personagens mais vulneráveis, que são as mulheres. E aí só fazia sentido narrar essa história se fosse pela voz dessas personagens mulheres. O mágico da literatura é que a gente pode ser qualquer coisa, a gente pode ser uma árvore,

“Com Zeca Chapéu Grande me embrenhava pela mata nos caminhos de ida e volta, e aprendia sobre as ervas e raízes. Aprendia sobre as nuvens, quando haveria ou não chuva, sobre as mudanças secretas que o céu e a terra viviam. Aprendia que tudo estava em movimento — bem diferente das coisas sem vida que a professora mostrava em suas aulas. Meu pai olhava pra mim e dizia: 'O vento não sopra; ele é a própria viração', e tudo aquilo fazia sentido. 'Se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta, não tem vida', ele tentava me ensinar. Atento ao movimento dos animais, dos insetos, das plantas, alumbrava meu horizonte quando me fazia sentir no corpo as lições que a natureza havia lhe dado. Meu pai não tinha letra, nem matemática, mas conhecia as fases da lua. Sabia que na lua cheia se planta quase tudo; que mandioca, banana e frutas gostam de plantio na lua nova; que na lua minguante não se planta nada, só se faz capina e coivara.

Sabia que para um pé crescer forte tinha que se fazer a limpeza todos os dias, para que não surgisse praga. Precisava apurar ao redor do caule de qualquer planta, fazendo montículos de terra. Precisava aguardar da mesma forma, para que crescesse forte. Meu pai, quando encontrava um problema na roça, se deitava sobre a terra com o ouvido voltado para o seu interior, para decidir o que usar, o que fazer, onde avançar, onde recuar.

Como um médico à procura do coração.”

## O ESCRITOR E O ANALISTA AGRÁRIO

O autor de *Torto Arado* é um leitor contumaz desde a infância. De Machado de Assis a Clarice Lispector, de Jorge Amado a Hermann Hesse e Toni Morrison — primeira escritora negra a ganhar o prêmio Nobel, em 1993. Mas ele não tem nenhuma dúvida sobre a importância dos povos tradicionais na sua escrita e na sua vida. Para o escritor, a forma mais primitiva de literatura é a conversa entre pessoas. Em 15 anos como analista agrário no Incra, pôde conhecer de perto a fala e os gestos que ele tão bem descreve no livro. “Vi nesse narrar tão familiar um poderoso instrumento estético para contar uma história literária, para fazer literatura”. Itamar lamenta o risco que correm as comunidades quilombolas. “O campo vive um processo de violência secular”. Em meio a tempos tão ariscos, ele diz temer que famílias quilombolas inteiras sejam espoliadas de seus territórios, por conta do agronegócio e do capital. “O Estado deveria mediar esses interesses e proteger o lado mais frágil, das comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas”.

era um órgão em ebulição. Tinha muitos programas, muitas políticas. Tudo isso foi rompido, foi quebrado. Acho que há um direcionamento do governo atual muito claro e que já estava posto, ainda na campanha e no programa de governo, quando eles falavam em “nem um centímetro de terra para indígena e quilombola” [uma referência a uma fala do então pré-candidato à presidência Jair Bolsonaro]. Muitas vezes, a gente vê os movimentos sociais e a sociedade civil organizada sendo tratados como inimigos do povo. É muito frustrante. A gente tem vivido uma paralisia que se agravou sobremaneira com a pandemia, mas essas pessoas continuam precisando da política pública. Temos mais de 3 mil comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares e a gente não chegou a fazer 10% das regularizações fundiárias dessas comunidades. Há muitos trabalhadores acampados esperando que seja cumprido o que está disposto na Constituição sobre a função social da propriedade, esperando a desapropriação de área. Há muito para ser feito, mas tudo foi paralisado.

### O que podemos seguir aprendendo com os quilombolas e povos tradicionais?

Há muito tempo, li uma entrevista do meu amigo Ailton Krenak [líder indígena, ambientalista e escritor] — que é uma pessoa que admiro muito, um dos grandes pensadores contemporâneos desses países. Um repórter português perguntou: “O que a gente pode aprender com os povos originários?” E aí o Ailton disse: “Nós temos 500 anos de luta contra o impossível, contra aquilo que nos corrói, que nos destrói, e ainda assim estamos íntegros. A gente atravessou esse tempo com muita resiliência, com muita força e com muita vontade de lutar”. E eu acho que o que a gente pode aprender com os povos tradicionais é justamente essa relação





## RACISMO ESTRUTURAL

Quando decidiu publicar o livro, Itamar não enviou o texto a uma grande editora — “Sabia que eu não tinha chances”. Em vez disso, inscreveu os originais para concorrer ao prêmio Leya sob um pseudônimo de gênero neutro. Gosta de imaginar que, enquanto liam, os jurados não podiam adivinhar se era homem ou mulher, tampouco a cor de sua pele. Negro, nordestino, com antepassados escravizados, ele entende que o racismo estrutural está em toda parte e que, apesar de a literatura brasileira ter uma tradição de autores negros, a batalha contra o preconceito no mercado editorial sempre foi uma luta inglória. Foi assim com Ruth Guimarães, Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus ou mesmo Conceição Evaristo, que até hoje publica por pequenas e médias editoras, ele diz. Autor de dois livros de contos anteriores a *Torto Arado* (Dias e *A Oração do Carrasco*), Itamar se sente um privilegiado por não ter vivido na pele o preconceito do mercado editorial. “O racismo ainda é marcante, mas alguns passos estão sendo dados”. Ele credits esses avanços — essas “pequenas revoluções”, como gosta de chamar — “à pressão de uma classe que vem saindo das universidades e é beneficiária do sistema de cotas, que antes não tinha possibilidade desse acesso e sai demandando histórias e textos que se aproximem de suas realidades”.


mais harmônica com o ambiente, essa resiliência de viver com menos, de não ter gana pelo consumo desenfreado, de ter uma relação mais consciente com o ambiente e com o seu entorno, com os recursos naturais. A Terra está numa crise violenta. Essa crise pandêmica tem origem no ambiente, ela acontece graças à degradação da natureza pelo homem. E a gente pode evitar isso e viver num planeta melhor. Nesse sentido, acredito que os povos tradicionais têm muito a nos ensinar, basta escutá-los, basta ouvi-los.

### **Você ainda se mantém como um otimista incorrigível, como já declarou ser?**

Eu tenho uma esperança engajada [risos]. Foi a expressão que encontrei para falar desse otimismo, que não é uma esperança passiva, em que a gente só espera...

### **E como um otimista, dono dessa esperança engajada, vem lidando com o atual contexto de retrocesso das políticas e agora também uma pandemia?**

Confesso que mesmo me declarando um otimista, um

esperançoso engajado, tem sido bastante difícil. Mas ao mesmo tempo que vejo todo esse recrudescimento representado pela extrema direita que ocupa o poder neste momento no Brasil, tenho visto na mesma medida a consciência de uma parcela significativa da sociedade em relação a todos esses retrocessos. Pessoas dos mais diversos espectros, da direita à esquerda, têm refletido um pouco sobre isso, o que me faz ser otimista. A pandemia nos jogou na cara a nossa fragilidade enquanto seres humanos e paralelo a isso se fortaleceu uma rede de solidariedade que tem permitido mitigar minimamente o sofrimento de muitas pessoas, seja de quem está na linha de frente dos hospitais cuidando incansavelmente desses pacientes, seja de quem está aqui na retaguarda participando de redes solidárias, arrecadando alimentos, contribuindo com o que pode. A gente não pode desprezar isso. É claro que estamos vivendo um momento muito grave, são mais de 345 mil vítimas só no Brasil, um governo negacionista que conduziu da pior maneira essa pandemia. Mas ainda assim tenho visto se formar uma rede de solidariedade, como nunca tinha visto antes. Acho que esse país continua a ser o país do futuro. A gente avança e retrocede, avança e retrocede... Estamos no momento de retrocesso, mas alimento essa esperança engajada de que a gente vai sair melhor de tudo isso. Precisamos dessa esperança para ter coragem de levantar todos os dias, falar com as pessoas, fazer as coisas que a gente precisa fazer, não abandonar o outro que também está precisando, ou seja, a gente precisa alimentar essa esperança de muitas formas, com ação e coragem, também. 

### MEU PAI: POR DENTRO DE UMA MENTE DESORIENTADA

Meu Pai, filme que recebeu o Oscar na categoria Roteiro Adaptado em abril, propõe um mergulho na demência — conjunto de alterações nas funções cognitivas, como comunicação, linguagem, orientação espacial, capacidade de planejamento motor ou de processar informações sensoriais. Anthony, papel pelo qual Anthony Hopkins recebeu a estatueta de Melhor Ator na mesma cerimônia, mora sozinho em seu apartamento em Londres. Aos 81 anos, ele acaba de demitir a cuidadora contratada para acompanhá-lo por sua filha, Anne (personagem de Olivia Colman). Em cena seguinte, Anne afirma que o apartamento não é dele, mas dela. Na próxima, a filha de Anthony não é mais interpretada por Olivia Colman, mas sim por Olivia Williams. E, assim, com mudanças sutis de cenário, de elenco e na ordem cronológica, o espectador se vê dentro da desorientada mente do protagonista. O que exatamente é real nessa história? “O que eu queria fazer não era contar a história por fora, mas por dentro, e colocar o público em uma posição ativa, como se estivesse na cabeça do personagem principal. Eu queria que Meu Pai fosse um pouco mais do que uma história, mas uma experiência, como se fosse você [o espectador] que perdesse o rumo”, descreveu o roteirista e diretor Florian Zeller. O filme pode ser visto em plataformas digitais como YouTube, Now, Apple TV e Google Play.



### IDENTIDADE TRANS

“Missão Vencer” (Editora Proverbo) é a autobiografia de Jordhan Lessa, um homem trans que sobreviveu a um processo doloroso de enfrentamentos e violências. O livro contextualiza o tempo vivido pelo autor na infância e adolescência até se tornar um jovem adulto nos anos 70, 80 e 90. Por meio de sua trajetória, Jordhan pretende desvendar um outro horizonte para o leitor fazer do mundo um lugar melhor “não só para nós, mas também ou principalmente, para quem está por vir”.



### CONSULTA REMOTA

A pandemia fez com que as teleconsultas confirmassem seu lugar como uma ferramenta eficaz para diagnóstico e acompanhamento de pacientes e esse é o tema de “Consulta Remota: fundamentos e práticas” (Artmed), um livro direcionado para diversas profissões e níveis de atenção à saúde [Radis 221 abordou o assunto]. A obra traz orientações e, de forma prática, aborda tópicos como motivos para converter uma consulta remota em presencial, gestão da clínica híbrida e apropriação tecnológica pelas Redes de Atenção à Saúde, entre outros.

### PANDEMIA E HISTÓRIA

“Diário da Pandemia — O olhar dos historiadores” (Huctec Editora) reúne registros cotidianos de historiadores sobre a covid-19 no Brasil e no exterior. Organizado por Dominichi Miranda de Sá, Gisele Sanglard, Gilberto Hochman e Kaori Kodama, a coletânea procura demonstrar que a compreensão de novas epidemias e pandemias pede um olhar para o passado remoto e recente. A publicação reúne 35 artigos que abordam biomedicina, saúde pública, poder e política; representações sociais e medos coletivos diante das epidemias; resistências a medidas sanitárias diversas; dor; sofrimento e defesa da vida, entre outros.



### EPI 2021

O 11º Congresso Brasileiro de Epidemiologia (Epidemiologia, Democracia & Saúde: Conhecimentos e Ações para equidade — EPI2021) vai ocorrer em formato virtual nos dias 18 e 19 de novembro (cursos pré-congresso) e 23 a 26 de novembro de 2021 (congresso propriamente dito). O evento será uma oportunidade para o campo da saúde coletiva atualizar e rever as contribuições da área e abre espaço para a troca de conhecimento e o debate entre pesquisadores, gestores, profissionais, estudantes e outros atores do SUS.

# OLHE PARA A FOME



“**T**em gente com fome e não podemos ignorar”. Esse foi o ponto de partida do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN) em dezembro de 2020. A partir dos dados alarmantes da pesquisa, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e dezenas de outras organizações lançaram, em abril (13), o manifesto “Enfrentar a fome com a força das nossas lutas”. Confira uma síntese dos pontos levantados no manifesto e leia na íntegra em: <https://bit.ly/3ujURWB>.

► O Brasil havia saído do mapa da fome. Em 2013, a parcela da população em situação de fome havia caído para 4,2%, o nível mais baixo até então, o que fez com que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) excluísse o Brasil do Mapa da Fome.

► Mas o Brasil voltou ao mapa da fome, não apenas pela crise econômica e social que se agravou com a pandemia, mas pelo avanço da agenda conservadora e neoliberal e o descaso de governos (Temer e Bolsonaro) que ignoram o papel que devem cumprir na garantia do direito humano à alimentação.

► A pobreza e a fome no Brasil aumentaram com a pandemia, mas suas dimensões ainda não são totalmente conhecidas, porque o negacionismo do atual governo e a retirada de recursos têm comprometido a realização de censos, pesquisas e inquéritos nacionais desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

► A fome retornou aos patamares de 2004. E o retrocesso mais acentuado se deu nos últimos dois anos. Entre 2013 e 2018, a insegurança alimentar grave (fome) teve um crescimento de 8% ao ano. A partir daí, a aceleração foi ainda mais intensa: de 2018 a 2020, o aumento da fome foi de 27,6%. Nos últimos dois anos, o número de pessoas em situação de fome saltou de 10,3 milhões para 19,1 milhões. Isso é muito grave e viola todos os compromissos do Brasil com a garantia da alimentação como direito.

► A fome é mais aguda no Norte (18,1%) e no Nordeste (13,8%), entre as populações rurais, quilombolas, indígenas e ribeirinhas (12%), nos domicílios chefiados por mulheres (11,1%), habitados por pessoas pretas e pardas (10,7%), e nos lares em que a pessoa de referência não tinha escolaridade ou possuía Ensino Fundamental incompleto (14,7%).

► A fome anda acompanhada da sede. A insegurança hídrica atingiu, em 2020, 40,2% e 38,4% dos domicílios do Nordeste e


Norte, respectivamente, percentuais quase três vezes superiores aos das demais regiões.

► A fome não para de aumentar porque cada vez mais se intensificam as medidas de austeridade.

Estas medidas foram incorporadas à Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 95. Elas limitam drasticamente os recursos dos Sistemas de Saúde (SUS), de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

► Não tem mais comida no prato dos brasileiros porque em 2020 a inflação do arroz chegou a 76% e a do feijão a 68%, e a do óleo de soja a 103%.

O Ministério da Agricultura ignora por completo as necessidades de abastecimento alimentar do povo brasileiro, enquanto comemora a safra recorde de exportação de mais de 270 milhões de toneladas de grãos neste mesmo ano. A desvalorização do Real favorece as exportações, a concentração da produção nacional na soja e no milho e a estagnação da produção de alimentos para o consumo doméstico. Os governantes conheciam as estimativas da Conab que mostravam que a área cultivada de arroz e feijão vinha paulatinamente diminuindo e nada fizeram.

► O medo de sentir fome não para de aumentar porque o auxílio emergencial foi interrompido em um contexto de desemprego e precariedade das condições de trabalho. Sua retomada em 2021 ocorre tardiamente e com valor reduzido (4 parcelas que variam entre R\$ 150 e R\$ 375). É insuficiente e muito aquém dos R\$ 600 demandados pela sociedade. O cadastramento digital é excludente aos grupos em situação de maior vulnerabilidade. Deixa de fora milhares de famílias sem acesso digital e que não conseguiram solicitar o auxílio em 2020, e que seguirão excluídas pois não haverá novo cadastramento. 

■ Leia o manifesto em: <http://olheparaafome.com.br/>.




# VACINA É DIREITO



O Zé Gotinha é o personagem que todo mundo ama.  
Para que ele volte a sorrir, é preciso  
que haja vacina para toda a população.  
Por isso, confie na ciência e defenda o SUS.

RADIS

Siga a Radis no Instagram e no Facebook e acesse nosso site  
para atualizações sobre a pandemia.

 @radiscomunicacaoesaude  @radisfiocruz  radis.ensp.fiocruz.br